

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

GESSICA SANTOS ARSENIÓ

UMA BREVE ANÁLISE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO
SOCIAL NA UFRB.

CACHOEIRA – BAHIA

2015

GESSICA SANTOS ARSENIÓ

UMA BREVE ANÁLISE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO
SOCIAL NA UFRB.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof^a. Ms^a. Marcela Mary José da Silva

CACHOEIRA – BAHIA
2015

GESSICA SANTOS ARSENIÓ

UMA BREVE ANÁLISE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO
SOCIAL NA UFRB.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. ^a Marcela Mary José da Silva
UFRB

Prof.^a Dra. Valéria dos Santos Noronha Miranda
UFRB

Jeane Araújo dos Santos

APROVADO EM: ____ / ____ / ____

CACHOEIRA - BAHIA
2015

*Aos meus pais, por acreditarem em mim e tornarem meus dias
mais bonitos.*

AGRADECIMENTOS

Esse é o momento de só agradecer àqueles que fizeram parte direta ou indiretamente deste trabalho, e que sem elas esse trabalho não seria possível.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela minha vida e pelas pessoas maravilhosas que Ele colocou ao meu lado. Agradecer ao meu Deus todo poderoso, pelos dias maravilhosos e cheios de encantos. Agradecer pelas boas notícias, pelas graças concebidas e pelos males afastados. Por todos os ensinamentos, ainda que alguns doloridos, mas imensamente importantes.

Agradeço também a minha mãe, Neide, que sem ela nada disso seria possível. Agradecer por todo apoio, carinho e amor. Por sempre me acalmar quando eu me desesperava e por sempre estar comigo nos momentos bons e maus.

Agradeço a meu pai, Antonio, por todo esforço e carinho durante este trabalho. Por sempre me fazer rir mesmo quando eu estava cansada e chata.

Agradeço a minha orientadora e amiga Marcela, por toda paciência, todos os ensinamentos e todo apoio neste trabalho.

Agradeço a minha “companheira de desespero” nesse trabalho e “amiguxa” Yrai Shmalb, pelas trocas de desabafos no decorrer da construção desse desafio contra o tempo chamado monografia.

Agradeço ao namorado Rodrigo (meu barbudo que eu amo), por ficar ao meu lado mesmo quando eu estava chata com o TCC e por ter paciência comigo mesmo estando estressada.

As minha amigas desde sempre e para sempre, (Angélica, Mariana Rosa, Mariana Silva e Victória) por me acalmar e me incentivar, mesmo a distancia, quando eu “pirava” e queria gritar.

Agradeço ao meu amigo Marcelo (Thello) por me fazer rir e sempre me hospedar na sua casa em Cachoeira quando precisei ir pra lá.

Suponhamos que o homem é homem e que é humana a sua relação com o mundo. Então o amor só com amor se poderá permutar, a confiança com a confiança, etc. Se queremos apreciar a arte temos de ser pessoas artisticamente cultivadas; se queremos influenciar outras pessoas importa que sejamos pessoas com efeito verdadeiramente estimulante e encorajador sobre os outros. Cada uma das nossas relações ao homem e à natureza deverá ser uma expressão específica, que corresponda ao objetivo de nossa vontade, da nossa vida real individual...

(Karl Marx – Manuscritos de Paris – III Manuscrito).

RESUMO

Este trabalho trata, a partir de uma breve análise, da formação profissional em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), analisando os aspectos que a compõe. Para compreender a formação profissional em Serviço Social é preciso conhecer a própria história da profissão no cenário nacional, observando o contexto histórico, político, econômico e social, a fim de perceber as reformas e os desenvolvimentos decorrentes das transformações sociais. Esse trabalho apresenta as normas e diretrizes das instituições representativas do Serviço Social que regulamentam sua formação profissional. É apresentado e analisado o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UFRB a fim de conhecer sua organização no que tange a matriz curricular, o estágio supervisionado, a proposta de novo PPC e as disciplinas optativas. Além disso, são pensadas e discutidas as dimensões ético-político, teórico-metodológico e, em especial, a dimensão técnico-operativo da formação profissional. Nesse sentido, esse trabalho vem discutir a relevância das técnicas e instrumentalidade para a profissão de Serviço Social. É apresentada uma pesquisa com estudantes e egressos do curso de Serviço Social da UFRB a fim de ter um panorama de sua vivência e perspectiva acerca da formação. Ao todo, a pesquisa teve o resultado 41 sujeitos entrevistados. Esse trabalho vem lançar questionamentos, análises e apontamentos com o objetivo de propor a necessidade de uma reflexão acerca da nossa formação, ao mesmo tempo em que busca contribuir com o desenvolvimento da formação profissional em Serviço Social da UFRB.

Palavras-chaves: Serviço Social. Formação Profissional.

ABSTRACT

This work comes from a brief analysis, training in social work from the Federal University of Bahia Reconcavo (UFRB), analyzing the aspects that compose it. To understand the professional training in social work is necessary to know the history of the profession on the national scene, noting the historical, political, economic and social context in order to understand the reforms and developments from social transformations. This paper presents the rules and guidelines of representative institutions of Social Work regulating their professional training. It is presented and analyzed the Pedagogical Project of the Course (PPC) Social UFRB the Service in order to meet your organization with respect to curriculum, the supervised practice, the proposed new PPC and elective courses. Also, are thought and discussed the ethical and political dimensions, theoretical-methodological and in particular the technical and operating dimension of vocational training. In that sense, this work is to discuss the relevance of technical and instrumentality for the profession of social work. A survey of students and graduates of the Social Service course of UFRB to take an overview of his experiences and perspective about the formation appears. In all, the research was the result 41 interviewees. This work has launch inquiries, analyzes and notes in order to propose the need for a reflection on our training at the same time it seeks to contribute to the development of vocational training in the Social Work of UFRB.

Keywords: Social Work, Vocational Training.

LISTA DE TABELAS

QUADRO 01 – Carga horária de estágio na antiga configuração de estágio.

QUADRO 02 – Carga horária de estágio na nova configuração de estágio.

QUADRO 03 – Disciplinas Optativas do Curso de Serviço Social.

QUADRO 04 – Disciplinas Optativas na proposta de reformulação do PPC.

QUADRO 05 – Matriz Curricular na proposta de reformulação do PPC.

QUADRO 06 – Atual tabela da matriz curricular.

QUADRO 07 – Disciplinas obrigatórias estabelecidas pela ABEPSS.

QUADRO 08 – Matriz Curricular quanto às dimensões.

QUADRO 09 – Média dos pesquisados a respeito das habilidades.

QUADRO 10 – Frequência nas Disciplinas Optativas.

QUADRO 11 – Carga Horária de estágio em três semestres.

QUADRO 12 – Carga Horária em dois semestres.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
BM – Banco Mundial
CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras
CCAAB – Centro de Ciência Agrárias, Ambientais e Biológicas
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
CECULT – Centro de Cultura, Linguagem e Tecnologias Aplicadas
CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CETENS – Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CFP - Centro de Formação de Professores
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
DINTER – Doutorados Interinstitucionais
EAD – Ensino a Distância
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EP – Ético-político
ESS – Escola de Serviço Social
FAPSS – Faculdade Paulista de Serviço Social
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
IES – Instituições de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
JUC – Juventude Universidade Católica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério da Educação
OMC – Organização Mundial do Comércio
PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REUNI – Programa de Reestruturação das Universidades Federais

TM – Teórico-metodológico

TO – Técnico-operativo

UAB – Lei Orgânica da Assistência Social

UFA – Unidades de Formação Acadêmica

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	16
3 DA ABES A ABEPSS: ENTENDENDO O CURRÍCULO MÍNIMO.....	24
4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA UFRB: O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.....	29
4.1 A Matriz Curricular e o desafio das Ementas.....	40
5 DEBATENDO AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICO, TÉCNICO- OPERATIVO E ÉTICO-POLÍTICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRB.....	43
6 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS E ESTUDANTES CONCLUÍNTES DE SERVIÇO SOCIAL PELA UFRB.....	49
6.1 Os Resultados.....	50
6.1.1 O Estágio Supervisionado.....	56
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma primeira análise a respeito da formação profissional em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), situado no campus de Cachoeira, tendo como referência o estágio supervisionado e capacidade deste oferecer os subsídios necessários as demanda da profissão. Este estudo se inclinará também para o estudo da formação em suas dimensões teórico-metodológico, ético-político e, em especial a técnico-operativo, a fim de compreender a evolução, as intervenções e relevância dessas para a formação profissional em Serviço Social. Fazem parte deste estudo a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a matriz curricular, as disciplinas optativas e a proposta de novo PPC.

Nesse sentido e para cumprir os objetivos desse trabalho, serão apresentados a matriz curricular do curso de Serviço Social da UFRB, assim como o Projeto Pedagógico de Curso, fazendo as correlações as legislações correspondentes e aos órgãos representativos da profissão.

O que motivou a opção deste estudo se refere às inquietações advindas da própria experiência como discente do curso de Serviço Social pela UFRB, no tocante ao Projeto Pedagógico do Curso, ao Estágio Supervisionado e a Matriz Curricular do Curso em relação as dimensões. Não faz parte dos objetivos deste trabalho à avaliação do curso em questão, até por entender que esta não seria possível num trabalho como este compreendendo a magnitude e as particularidades que cercam a formação, mas sim, tem por objetivo pensar a formação e seus componentes a fim de contribuir na fomentação de seu constante aprimoramento.

Este trabalho é composto por cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

Para isso, fez-se necessário uma primeira análise do próprio Serviço Social no Brasil a partir da década de 30, observando todo contexto histórico, político e econômico que influenciaram ativamente nas transformações no interior da profissão. Assim, são colocados como essas mudanças alcançaram a formação profissional em Serviço Social na história até os dias atuais, dentro do contexto das privatizações, interiorização do ensino superior, das instituições de Ensino a Distancia (EAD) e as repercussões para o Serviço Social.

Com o propósito de entender a formação profissional, o segundo capítulo deste trabalho vem apresentar a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) como umas das instituições representativas do Serviço Social, assim como o *Currículo Mínimo* elaborado pela mesma. Esse importante documento para a profissão, principalmente para sua formação, desenha os principais componentes que devem estar presentes na formação. O *Currículo Mínimo* representa para a formação um direcionamento que contempla as disciplinas, as dimensões, o Estágio Supervisionado e tríplice indissociável de ensino, pesquisa e extensão.

A partir dessa discussão, iniciou-se a análise do curso de Serviço Social da UFRB, partindo do seu PPC (Projeto Pedagógico de Curso) e correlacionando com o *Currículo Mínimo* estabelecido, com o Plano Nacional de Estágio e demais documentos afins. Nesse momento, é considerada a criação do PPC assim como a comissão técnica responsável, os dilemas e desafios do estágio como momento privilegiado da formação para aproximação com as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e a conformidade com as recomendações da ABEPSS.

As questões que cercam o estágio supervisionado são apresentadas nesse trabalho a fim de entender como ele se apresenta na realidade do curso, sua relevância na formação profissional e como o mesmo é recomendado pela ABEPSS em consonância com demais órgãos como CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Este trabalho entende o estágio como um momento privilegiado da formação, reconhecendo-o como importantíssimo na aproximação da formação com a prática profissional em seus instrumentais, desafios, políticas, correlação com as teorias, entre outros.

Este trabalho também apresenta a matriz curricular do curso como uma identidade para a formação, além do desafio que se apresenta referente as ementas, que leva ao questionamento de pensar uma reformulação do PPC vigente. Ainda pensando a matriz curricular é ensaiada uma análise a partir das dimensões teórico-metodológico, ético-político e em especial a técnico-operativo, a fim de entender a sua evolução no tempo, a sua influencia no currículo de Serviço Social da UFRB e sua relevância no fazer/pensar profissional.

Nesse momento, é proposto uma reflexão acerca da instrumentalidade para o Serviço Social, a fim de perceber sua importância no fazer profissional. Deste modo,

é importante ressaltar que não é intenção deste trabalho defender uma formação profissional tecnicista, mas sim, apresentar a instrumentalidade como um agente do caráter interventivo da profissão.

Esse trabalho de pesquisa é orientado pela teoria social marxista, a partir da percepção da realidade concreta. Esta análise partirá da observação da totalidade social entendendo-o

de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. (Lukács, 1967, p.240)

Nesse sentido, a realidade concreta é percebida em sua totalidade, ou seja, como um fenômeno complexo inter-relacionado e resultante de/com outros fenômenos igualmente complexos e subordinado as determinações históricas.

Para a construção desse trabalho, a metodologia referenciou-se a partir de pesquisas bibliográficas que consistiram no levantamento de dados, artigos, publicações periódicas, livros, entre outros que se estenderam a diversos autores e documentos próprios da UFRB. Além disso, foi aplicado um questionário semiestruturado a discentes concluintes e egressos do curso de Serviço Social, aos quais seus dados foram tabulados em planilha de modo quantitativo, visando uma melhor análise.

A própria experiência na vivência do curso e as constantes reuniões com a professora e orientadora Marcela Mary tiveram grande relevância para a materialização desse trabalho, tendo em vista nossa proximidade com o objeto de estudo no qual se dedica este trabalho.

Este trabalho procura apresentar, ainda que de forma preliminar, a formação profissional de uma maneira ampla e a partir dela lançar questionamentos que incitem a formação profissional em Serviço Social dentro da própria academia, a fim de estar sempre se aprimorando e formando, cada vez mais, profissionais capacitados para o enfrentamento da “Questão Social”.

2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Mais importante do que interpretar o mundo, é contribuir para transformá-lo.
(Karl Marx)

Discutir sobre a Formação Profissional do Serviço Social implica em falar do próprio contexto histórico da profissão, que compreende relevantes transformações na sociedade que, por sua vez, refletem-se no interior tanto da formação quanto da práxis da profissão. É nesse sentido e por isso, que a formação profissional é um fenômeno histórico e, logo mutável, sensível às transformações societárias, se tornado peça-chave para “o novo” Serviço Social que emergia no início do século XX.

Referimos-nos às transformações sociais do período de 1930, quando o Brasil passa por um processo de industrialização agravando a “questão social”. Nesse momento, de acordo com Narcizo (2014) o governo vigente – Getúlio Vargas – tinha como objetivo, no que se refere aos trabalhadores¹, conter qualquer movimentação revolucionária através de uma política populista que procurava estabelecer uma conformidade social. Para isso, Vargas fomentou um desenvolvimento social que acabasse por legitimar o *status quo*. É nesse processo que surgiu o serviço social como um mecanismo do Estado para atender os interesses da burguesia, como explica Netto (1996):

Emergindo como profissão a partir do background acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica. Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas suas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomados como sequelas inevitáveis do ‘progresso’ (donde a funcionalidade da perspectiva ‘pública’ da intervenção) - e desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais. (NETTO, 1996, p. 18).

¹ No processo de industrialização que passava o país, a classe trabalhadora teve considerável aumento de modo que passaram a se organizar enquanto classe. É nesse momento que ocorrem manifestações e lutas dos trabalhadores, como as várias greves sucedidas no período.

Antes do governo Vargas, o trabalho do Serviço Social se baseava meramente na filantropia, sendo a caridade a atividade central desenvolvida pelos assistentes sociais da época. No entanto, pouco se tem referente a esse período, o que impossibilita a compreensão do trabalho e formação do Serviço Social antes do processo de industrialização. A partir da década de 30, o Serviço Social terá como demanda a regulação das políticas sociais nas mediações entre burguesia e proletariados a fim de obter um consenso social ao mesmo tempo em que desarticula a classe trabalhadora. Nessa conjuntura, o Serviço Social teve seu caráter fundamentado nos preceitos e domínios da Igreja Católica, estando vinculado ao seu projeto de re-cristianização da sociedade.

Narcizo (2014) sinaliza que com a preocupação dos burgueses com a organização e crescimento acelerado da classe trabalhadora e o agravamento da “questão social”² a partir da década de 20, a profissão de Serviço Social passa a ter o papel de controle do social como um artifício do Capitalismo de manter e fortalecer os sistema. Nesse cenário, a formação profissional tinha influencias do neotomismo ao passo em que sua ação era conservadora e seu trabalho se baseava em moralismo e questões individuais. Destarte, a profissão funcionou como uma medida auxiliar de reprodução social da ideologia do sistema capitalista.

Tendo em vista o vínculo do Serviço Social com a igreja, em 1936 é criada a primeira Escola de Serviço Social (ESS) no Brasil, com o objetivo de transmitir a doutrina social da igreja a partir de uma formação técnica especializada. Isso se tornou possível através do Ceas (Centro de Estudos e Ação Social), criado em 1932, com a função de divulgar os princípios cristãos e formar “trabalhadores sociais”. Ainda nos primeiros anos da Escola de Serviço Social, as autoridades da época atentaram-se para a necessidade de inserir e formar elementos masculinos na profissão que até então era unicamente feminino, sendo essa posição apoiada pela Juventude Universitária Católica (JUC).

O curso masculino ofertado pela Escola de Serviço Social era intensivo e no período noturno, tendo em vista que muito dos alunos trabalhavam durante o dia. Mas a partir de 1939, a ESS decide ofertar o curso somente no período da manhã

² Na década de 20, o processo de industrialização já se desenvolvia levando o movimento operário a se organizar a fim de alcançarem alguma proteção no trabalho. Antes desse momento, a “questão social” era considerada pela maioria dos políticos como um problema moral e até mesmo higiênico, mas a partir da década de 30, as lutas operárias, entrada da classe trabalhadora no cenário político e consequente aumento nas discussões na área trabalhista, levaram a compreensão de uma “questão social” oriunda das contradições entre a burguesia e proletariado.

(horário de funcionamento da escola) o que se tornou um desafio na época. Visando não prejudicar os alunos que já haviam iniciado o curso, um grupo de assistentes sociais e de professores vinculados a JUC trabalhou na perspectiva de “fundar um ‘estabelecimento para a formação de assistentes sociais masculinos” (BETETTO, 2010. P. 592). A partir daí que nasce o Instituto de Serviço Social, atual Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS) que posteriormente, mais precisamente em 1946, será um dos elementos constitutivos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

Betetto (2010) aponta que em 1966, a FAPSS passa a oferecer o curso de Serviço Social em São Caetano do Sul a partir do interesse da própria cidade. Inicialmente, o curso ainda era vinculado a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, se tornando independente 1972.

Com as mudanças advindas do pós-guerra, o Serviço Social, ainda vinculado à igreja, passa a sofrer, na década de 40, forte influencia norte-americana, em que adota os métodos de “caso, grupo e comunidade”, numa tentativa de estabelecer uma metodologia que alcançasse os objetivos postos.

A década de 60 marcou, para o Serviço Social, o início de um movimento que seria de grande relevância para a profissão e, logo, para sua formação. Nesse primeiro momento, os profissionais de Serviço Social entendem que se faz necessário propor meios que intervenham nas crescentes exigências colocadas pelo cenário dos emergentes processos sócio-políticos do pós 64.

O Serviço Social no Brasil passa, então, a sofrer fortes influencias do contexto político e econômico vivido pela América Latina, onde estão preponderantes as discussões sobre os agravos da questão social. É nesse cenário que o Serviço Social, tido como “tradicional”, irá começar a repensar seu posicionamento frente à sociedade, dando início a um movimento de Reconceituação em que se questionará o papel social da profissão, assim como discutir a metodologia, objetivos e conteúdos da formação profissional.

Destarte, os encontros de Araxá (MG) em 1967 e Teresópolis (RJ) em 1970, marcam esse momento da profissão, assim como os documentos produzidos por eles, que demonstravam uma iniciativa que proporcionava um auto-reconhecimento da profissão frente às disposições sócio-políticas impostas na Ditadura. No entanto, de acordo com Narcizo (2014), o trabalho se desenvolveu numa perspectiva cientificista e tecnicista dos aspectos teórico-metodológicos.

A partir da década de 70, Narcizo (2014) aponta que a profissão de Serviço Social foi além, quando busca romper com a neutralidade ao mesmo tempo em que indicava a necessidade de um posicionamento político para a categoria. Dessa forma, ocorre uma aproximação da categoria com a teoria social marxista, já que nesse momento os profissionais já almejavam refletir sobre diferentes teorias para além da Doutrina Social da Igreja. Tais mudanças foram significativamente importantes para a profissão, tendo em vista que é nesse momento que o Serviço Social se reconhece enquanto classe trabalhadora e toma um lado na luta de classes da sociedade capitalista.

O Serviço Social colocará em questão diversos aspectos da profissão, como a formação profissional nos seus aspectos teórico-metológicos, técnicos-operativo e seu caráter interventivo, além do diálogo com demais áreas de conhecimento e também sobre a produção de pesquisa e conhecimentos na área profissional.

Desse modo, a formação profissional ficará em foco nas discussões no interior da profissão, quando ela é entendida como fundamental no atendimento aos novos pressupostos colocados pela profissão. Como resultado, em 1979 foi criado o currículo mínimo da formação profissional em Serviço Social, resultante dos debates realizados pela ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), atual ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Dois anos depois, surgiu o primeiro doutorado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica – PUC/São Paulo.

A partir de 1980, o capitalismo toma novos ajustes quando os organismos multilaterais, tais como Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário de Investimento (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), incita a minimização do papel do Estado no que se refere às políticas públicas, estabelece à liberação das forças de mercado e à liberdade de iniciativa econômica. Esse cenário levou a globalização da economia, o que acirrou a concorrência e aumentou a competitividade no mercado global em detrimento da economia nacional e logo, da coesão social.

Esse novo projeto neoliberal incidiu negativamente nos países subdesenvolvidos, ditos Estados de capitalismo periférico que vivem a “reboque” da economia dos países do centro capitalista. Em meio à competitividade no âmbito social, os países subdesenvolvidos diminuem o incentivo às políticas sociais, incluindo as políticas educacionais afetando a formulação educacional das

instituições privadas e públicas, além da redução do trabalho estável em fomento a terceirização e subcontratos.

Esse cenário, percebido os dias correntes, será marcado pelo agravamento das desigualdades sociais que ocasionará um aumento nas demandas colocadas para a profissão de Serviço Social. É nesse momento que a categoria irá repensar a formação profissional dentro dessa nova configuração do capitalismo, principalmente no que tange a acepção da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho e a posição política dos profissionais frente ao projeto profissional e societário.

É nesse cenário que a formação profissional em Serviço Social está inserida, no entanto, o seu projeto pedagógico vai na contramão das concepções das reformas descritas anteriormente. Isso acontece tendo em vista o movimento de identidade, já exposto nesse trabalho, que a profissão tomou nas ultima décadas.

O projeto pedagógico que a profissão vem construindo, cuja marca é o Currículo/82 seguido das atuais *Diretrizes Curriculares*, vincula-se a concepção de Educação e de sociedade perseguindo a possibilidade de uma nova forma de sociabilidade, sem exploração de qualquer espécie, supondo com isso a erradicação “de todos os processos de exploração, opressão e alienação,” princípios estes balizadores do *Código de Ética do Assistente Social*. (Narcizo, 2014. P.8).

Assim, Narcizo (2014) aponta que o projeto profissional de Serviço Social foi consolidado na década de 90, pelas suas organizações representativas como CEFESS (atual CFESS – Conselho Federal de Serviço Social), CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), ABESS (atual ABEPS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). Com isso, obteve-se como resultante a criação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e a reformulação do Código de Ética que complementam o projeto societário da profissão.

É importante ressaltar também, a constituição do *Currículo Mínimo* em 1996, que teve por objetivo formalizar o projeto profissional com uma formação baseada nos princípios do Serviço Social, que fomentassem a mesma de modo que permitisse uma maior flexibilidade e, ao mesmo tempo, sem perder de vista a seriedade nos aspectos teóricos. A criação do *Currículo Mínimo* teve grande relevância tendo em vista as transformações e contexto social já mencionados, como aponta documento da ABEPSS:

Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (ABEPSS, 1996. P.4).

Nos anos de 1990, as transformações societárias impõem ao mundo do trabalho a responsabilidade de assegurar a ordem vigente, de modo a fomentar um novo perfil sócio profissional que torna o indivíduo o único responsável pelo sucesso e fracasso profissional. Esse novo modo tende a desresponsabilizar o Estado e ter em foco somente a competência do indivíduo como promessa de êxito social, que Vasconcelos (2000) traz como o conceito de “capital humano”³.

A partir da década de 90, a educação superior no Brasil tem sofrido mudanças significativas referentes à conjuntura política e econômica da sociedade. Tendo em vista o insuficiente número de vagas das universidades frente à demanda, percebeu-se a necessidade de oportunizar o acesso ao ensino superior, objetivando elevar os números das estatísticas relativos ao grau de escolaridade do brasileiro.

Para o alcance desse propósito, Narcizo (2014) coloca que foram tomadas medidas que possibilitaram o surgimento de mecanismos responsáveis pelo aumento de vagas no ensino superior. A criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005 é um exemplo, com a instauração do ensino a distância (EAD), assim como o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) criado em 2007, que tinha por objetivos aumentar o número de vagas, otimizando os recursos já existentes.

No entanto, deve-se levar em consideração que mesmo que a expansão do ensino superior seja algo positivo, alguns aspectos desse processo devem analisados. Dentro do desenrolar da “crise” do capitalismo e como resposta a este, o ensino superior tem sido percebido como um mercado lucrativo e promissor, de modo a influenciar veementemente no seu processo de expansão. Esse processo está inserido, como afirma Bering (2003), num “amplo processo regressivo as políticas sociais públicas, são entregues aos negócios privados”. Nesse sentido, a educação superior tenderá ao processo de mercantilização quanto ao incentivo à iniciativa privada em detrimento das políticas públicas.

³ “De acordo com Vasconcellos (2000), o capital humano é o valor do ganho de renda potencial incorporado nos indivíduos, incluindo a habilidade inerente à pessoa e o talento, assim como a educação e as habilidades adquiridas.” (VIEIRA, C.R. ALBERT, C.E. BAGOLIN, I.P. 2007, p.4)

Nesse sentido, temos a incorporação do ensino superior na dinâmica do capitalismo, produzindo um tipo de *capitalismo universitário*, ou seja, o direcionamento da produção do conhecimento científico à funcionalidade do mercado. (SILVA, 2013. P. 419).

Nessa perspectiva, o ensino superior vai funcionar de maneira que atenda aos interesses burgueses, quando há elevação do número de instituições privadas de ensino superior devido ao crescimento dos investimentos de recursos públicos no setor privado, além da privatização de estruturas acadêmicas no interior das Universidades Públicas. No entanto, esse processo de privatizações do ensino superior, virá “mascarado” numa proposta de democratização desse nível de educação.

Esse processo de ampliação e privatização do ensino superior, iniciados na década de 90 com o governo de FHC (1994-2002), foram continuados no governo petista (2003-2014) como uma segunda etapa. Nesse momento, o governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, tinha como objetivo uma “reestruturação” da educação superior, todavia, a realidade concreta no que tange precárias condições de infraestrutura, quadro profissional entre docentes e equipe técnica insuficiente frente à demanda, falta de políticas de assistência estudantil e de plano de qualificação docente demonstrou falta de condições para a sua aplicação prática.

Todo esse contexto de reestruturação do ensino superior que passou a ser tratada dentro de uma lógica que favorece o mercado com os investimentos crescentes na rede privada e, ao mesmo tempo, essa mesma lógica mercadológica invade o interior das universidades públicas. Esse processo acabou por proporcionar o crescimento vertiginoso no número de instituições de ensino superior de ordem privada, principalmente as de EAD (Ensino a Distância), além de dar espaço a serviços terceirizados nas estruturas da universidade pública.

Colocando em números os resultados dessa reestruturação do ensino superior, uma pesquisa realizada em janeiro de 2015 tendo como fonte as informações oficiais do MEC ⁴(Ministério da Educação), atesta sobre a lógica de privatização do ensino superior discutidos até então, quando mostra os números da graduação no contexto nacional e especificamente do Serviço Social.

⁴ Ainda que os dados MEC sejam oficiais, muitos de seus números e dados estão confusos. Além disso, alguns de seus dados não correspondiam com as informações disponibilizadas pelas instituições em seus endereços eletrônicos.

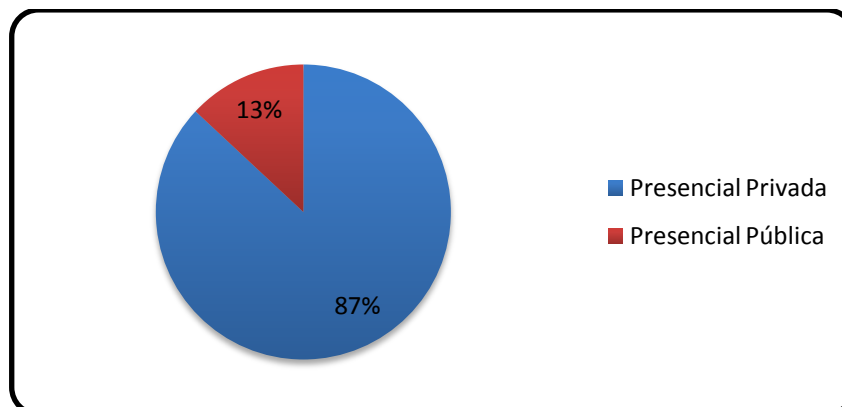


Gráfico 1. Escolas presenciais de Serviço Social quanto a gratuidade no Brasil.
Fonte: MEC, 2015.

O gráfico mostra a proporção de Escolas de Serviço Social públicas e privadas de modalidade presencial no contexto nacional, de modo a perceber a discrepância entre seus números, certificando o movimento de privatização e ampliação pelo qual passa o ensino superior no Brasil.

Ainda nessa perspectiva, outro dado alarmante da pesquisa refere-se ao grande número de EAD que ofertam o curso de Serviço Social no Brasil. Somam-se 25 instituições que espalham-se pelo território nacional alcançando o número de 2207 polos de funcionamento contra 471 polos presenciais de ensino superior.

É nesse cenário que a formação profissional em Serviço Social está inserida, no entanto, o seu projeto pedagógico vai na contramão das concepções das reformas descritas anteriormente. Isso acontece tendo em vista o movimento de identidade, já exposto nesse trabalho, que a profissão tomou nas última décadas.

O projeto pedagógico de Serviço Social foi desenvolvido para ir na contramão aos propósitos do capitalismo, formando profissionais capacitados para o enfrentamento da “questão social”. É com esse contorno que é desenvolvido, por parte das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) que ofertam o curso de Serviço Social, uma matriz curricular que proporcionará a formação de profissionais comprometidos com o projeto profissional e código de ética profissional.

Nesse caminho e a partir de uma breve investigação das UFAs da Bahia, notei que há uma diversidade nos currículos quanto às disciplinas ofertadas e sua disposição na grade curricular. Isso ocorre tendo em vista que há liberdade na construção dessa matriz curricular, desde que sejam respeitadas e preservadas as disciplinas e normas básicas desenvolvidas pela ABEPSS, que serão discutidas no próximo capítulo.

3 DA ABES A ABEPSS: ENTENDENDO OCURRÍCULO MÍNIMO

O Serviço Social tem, na contemporaneidade, importantes órgãos que representam a categoria profissional no que se refere à formação profissional, ao código de ética e a defesa do projeto profissional. A ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) faz parte deste grupo e é elemento principal no desenvolvimento da formação profissional em Serviço Social das últimas décadas até o acompanhamento das unidades de formação da atualidade.

Dez anos após a criação da primeira escola de Serviço Social, foi criada a ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) em 1946. Em 1979, a ABESS assume a coordenação e articulação do projeto de formação profissional da categoria, tornando-se Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Outro marco relevante da instituição foi em 1980, quando cria o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), atendendo as demandas provenientes do surgimento do Programa de Pós-Graduação de 1972⁵.

Só em 1990, tendo como perspectiva a legitimação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a articulação entre graduação e pós-graduação, a ABESS transforma-se em ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, de acordo com documento da própria instituição (2009).

A ABEPSS (2009) aponta que a participação da coletividade nas decisões referentes à formação profissional, faz parte dos princípios da instituição, como aponta no trecho

Uma marca na trajetória da ABESS/ABEPSS tem sido o processo democrático expresso na participação intensa dos sujeitos que constroem a formação profissional, com debates enraizados nas unidades de formação acadêmica, nas regiões e no nível nacional. (ABEPSS, 2009, p. 2)

A construção do Currículo Mínimo é um marco para a ABEPSS e um significativo avanço para a formação profissional. Sua proposta veio em 1979, que deu origem ao Currículo Mínimo de 1982 e aprovação das Diretrizes Curriculares em 1996, consolidando o Serviço Social no meio acadêmico e Profissional. (ABEPSS, 2009, p. 2). Vale ressaltar ainda, que as resoluções estabelecidas pela ABEPSS

⁵ A ABEPSS aponta que segundo Koike (1997) “os novos avanços teórico-metodológicos e ético-políticos da formação profissional tiveram na ABESS, nestas últimas cinco décadas, uma obstinada propulsora”.

estão em conformidade com a legislação estabelecida pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)⁶ para o ensino superior, no que tange as regras e normas para a implantação e implementação dos cursos de graduação.

O Currículo mínimo servirá como base para a construção da matriz curricular das IES (Instituições de Ensino Superior) de formação profissional em Serviço Social. Deste modo, foram estabelecidos princípios e diretrizes que nortearam esse processo de construção. No documento oficial da ABEPSS de 1996 acerca do Currículo Mínimo são colocados como princípios:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, partularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 1996. P. 6).

Os princípios desenhados chamam a atenção para alguns pontos importantes e fundamentais para a formação. Um dos pontos a ser analisados diz respeito à flexibilidade do currículo, que torna a formação acadêmica em Serviço Social de modo dinâmico, o que é imensamente relevante quando se trata do caráter mutável da sociedade capitalista, dessa forma, a formação estará sempre em processo de renovação e reconstrução, a fim de atender as demandas da questão social.

⁶ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Outro ponto de destaque refere-se ao *rigor teórico, histórico e metodológico* do currículo, este por sua vez tem seu papel fundamental para a formação crítica do assistente social, uma vez que, proporcionará ao profissional a percepção da realidade e suas demandas. Neste mesmo segmento, o *Pluralismo* também se releva como parte integrante do currículo, uma vez que entende-se a necessidade formativa das diversas vertentes teóricas no processo de formação profissional de Serviço Social.

Um dos pontos centrais do currículo se refere ao caráter *Investigativo* e *Interventivo* da profissão. Este por sua vez aponta para a identidade profissional e função social do Serviço Social na realidade, aludindo para relação teoria e prática da formação. Nesta perspectiva, atenta-se para outro ponto do currículo que é o *Estágio* e *Supervisão acadêmica*, que será justamente o momento de ponte entre as mesmas. Além disso, a *Interdisciplinaridade* é outra palavra-chave para a formação e trabalho do assistente social.

A *Ética* é outro ponto fundamental levantado pelo currículo, ponto este que remete ao respeito aos conhecimentos técnicos, políticos e teóricos da formação, com o compromisso com as competências relativas com a profissão e com a consciência de identidade e pertencimento a uma classe profissional que um lado na sociedade, o lado do proletariado.

Todos esses fundamentos aos quais estão ligados os princípios, serão trabalhados na profissão a partir da tríplice *Ensino-Pesquisa-Extensão*, que devem ter caráter *indissociáveis* na formação.

A ABEPSS (1996) estabelece que a organização da formação profissional seja em *Núcleos de Fundamentação* que compreendem conhecimentos articulados às diretrizes. São eles:

1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
2. Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira .
3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS, 1996. P.8).

A partir dos Núcleos e dos princípios são definidos as Diretrizes Curriculares que compreendem os aspectos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, que deram origem os núcleos são eles:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;

2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996. P. 7).

As *Diretrizes* desenhadas a partir dos *Princípios* fomentam as dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da formação, ressaltado a relevância da criticidade profissional, dos processos históricos, da função social do Serviço Social, da apreensão das demandas sociais, da necessidade de respostas interventivas e do entendimento dos processos sociais.

A partir dos núcleos, são formuladas as matérias, referentes às áreas de conhecimento, que por sua vez, irão desdobrar-se em “disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.” (ABEPSS, 1996).

A ABEPSS recomenda, entre outras coisas, que parte da carga horária total será de destinado as atividades complementares (monitoria, iniciação científica, pesquisa, extensão, seminários, etc), de modo a dinamizar a relação ensino-aprendizagem, além de entender o estágio supervisionado como *momento privilegiado*, que compreende a experiência teoria e prática e deve ter duração de 15% (450 horas) da carga horária total de curso (3000 horas).⁷

Um dos desafios colocados a ABEPSS é atribuído ao monitoramento da aplicação das Diretrizes Curriculares por parte das faculdades e/ou universidades. Para o enfrentamento desta demanda, a ABEPSS busca promover oficinas e visitas às unidades de formação acadêmica, no entanto, questões financeiras e de militância dificultam o comparecimento nestas unidades.

Configuram-se também como desafio a ABEPSS, o próprio contexto das universidades frente ao projeto de formação profissional e princípios da profissão, colocado pela ABEPSS que

⁷ Inicialmente, a ABEPSS estabeleceu a carga horária mínima de curso de 2700 horas conforme o parecer 462/82 do Conselho Federal de Educação, mas ela foi alterada para 3000 horas, de acordo com o Conselho Nacional de Educação – CNE, Câmara de Educação Superior – CES/MEC, nº 2/2007. (Plano Nacional de Educação da ABEPSS, 2014)

temos grandes desafios, em especial aqueles postos pela situação da universidade que rebatem na materialização do projeto de formação profissional são repercussões da lógica mercantil hegemônica no contexto de mundialização do capital. O fortalecimento do projeto de formação profissional e a atuação da ABEPSS na coordenação deste processo, não podem ser dissociados da análise de implementação de uma política governamental organizadas por organismos multilaterais de fomento e financiamento (MENDES, 2004) que representa a materialização do projeto neoliberal na totalidade da vida social, incidindo, de forma particular, nos espaços educacionais e de formação profissional. (ABEPSS, 2009)

A ABEPSS se configura como um importante mecanismo para o desenvolvimento da formação profissional em Serviço Social e conseqüentemente para própria profissão, na superação dos desafios impostos a realidade profissional e na própria luta da categoria contra a desvalorização do trabalho do assistente social e para a materialização do projeto profissional.

4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA UFRB: O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

(Paulo Freire)

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é uma das vinte e sete (27) instituições de ensino superior de modalidade presencial que oferta o curso de Serviço Social na Bahia (MEC, 2015). A UFRB, criada em 2005, surge para atender a uma proposta de interiorização das universidades apresentado pelo Governo Lula durante seus mandatos 2003-2010. Essa proposta é oriunda do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, chamado de Reuni, que tem por objetivo ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, a fim de dobrar o número de vagas nas universidades federais contribuindo para o ingresso nos cursos de graduação.

Atualmente, a UFRB possui sete (7) centros acadêmicos: Centro de Artes, Humanidades e Letras (CHAL); Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS); Centro de Ciência Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CETEC); Centro de Cultura, Linguagem e Tecnologias Aplicadas (CECULT) e Centro de Formação de Professores (CFP). Esses centros estão espalhados por seis (6) cidades-cede: Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antonio de Jesus.

O curso de Serviço Social ofertado pela UFRB está localizado na cidade de Cachoeira, no Centro de Artes, Humanidade e Letra (CAHL), que teve sua abertura em 2006, mas a graduação em Serviço Social só foi aprovada em 2007 com cem (100) vagas anuais⁸ e sua primeira turma ingressou no semestre 2008.1.

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC) foi construído em 2007 por uma comissão técnica composta por Prof.Dr.Gabriele Grossi⁹,

⁸ Fonte: Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social.

⁹ Possui graduação em Filosofia - Università di Bologna (1990), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1999) e doutorado em Antropologia - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2004). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tem experiência na área de Ciências Sociais. (Plataformas Lattes, 2015-02-05).

Prof.Dr.Andé Luis Mota Itaparica¹⁰, Juliana Araújo Dantas¹¹, Dra.Georgina Gonçalves dos Santos¹² e Jomar Lima da Conceição¹³.Para a construção do PPC, a comissão técnica contou com a assessoria de três (3) assistentes sociais: Ana Cristina Abreu, Marília Menezes Pessoa e Ana Cláudia Carmo Nascimento.

É interessante ressaltar que para a construção do PPC apenas uma assistente social fazia parte da comissão técnica e as demais profissionais da área de Serviço Social citadas tinham o papel coadjuvante na composição do projeto. Isso não quer dizer que deve-se desmerecer o trabalho dos demais componentes da comissão, pelo contrário, são profissionais amplamente gabaritados e com excelência nos seus currículos. No entanto, não eram assistentes sociais formados nos princípios da profissão, não eram profissionais que podiam, e nem sequer cabiam a eles, ter a experiência no exercício da profissão na ponta conhecendo a realidade e os desafios do trabalho do Serviço Social nas diversas áreas de atuação.

A formação em Serviço Social deve ser pensada voltada para o exercício profissional, para os campos de prática, que são amplamente diversificados, exigindo sempre mais dos profissionais. No mesmo caminho, a formação deve preparar o discente para as demandas que existem nas diversas áreas de atuação, na promoção dos conhecimentos teórico-metodológico e técnico-operativo de modo que viabilizem o enfrentamento da realidade, estando sempre pautados nos princípios ético-político da profissão. Ou seja, o profissional deve ser preparado com conhecimentos específicos das políticas sociais, conhecer as estruturas que

¹⁰ Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (1996), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1999) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). (Plataformas Lattes, 2015-02-05).

¹¹ Possui graduação em Administração pela Universidade Salvador (1995) e Pós-GRaduação em Marketing Estratégico pela Universidade Salvador (2008). Atualmente é administradora - Gerente Técnica do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Mestranda do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Gestão de Políticas e Públicas e Seguridade Social. (Plataformas Lattes, 2015-02-05).

¹² Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (1992), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2001) e doutorado em Sciences de l'Éducation - Université de Paris VIII (2006). Professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, onde dirige o Centro de Artes, Humanidades e Letras. (Plataformas Lattes, 2015-02-05).

¹³ Bacharel em Museologia (em 2011 o curso obteve o conceito 4 pela avaliação do MEC), concluiu a graduação no Centro de Artes, Humanidades e Letras pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (Plataformas Lattes, 2015-02-05). Na época da construção do PPC, Jomar era discente do curso de Museologia pela UFRB.

compõem os campos de atuação e estar devidamente familiarizados com os instrumentos que viabilizam o trabalho do Serviço Social.

É importante fomentar a relevância do aspecto ético da profissão, tendo em vista os desafios das áreas de trabalho de Serviço Social e a desvalorização que sofre a profissão. Nestes aspectos, uma formação que incite vigorosamente a ética profissional de modo a respeitar as competências profissionais e a legitimar a identidade profissional como fazendo parte de uma categoria, só proporcionará uma valorização do Serviço Social na sociedade e o respeito ao trabalho profissional.

Diariamente os profissionais de Serviço Social, principalmente os que trabalham a nível municipal, têm que lidar com recursos insuficientes frente às demandas, falta de estrutura, baixos salários e conflitos de poder no campo de trabalho. Um dos motivos para isso é o baixo investimento na área social, que limita no que diz respeito à abrangência do trabalho e no enfrentamento da realidade. Além disso, as relações de poder são, por vezes, outro desafio que se mostra para a profissão, quando, no ambiente de trabalho, lhe são passada atividades que não são de sua competência ou quando políticos e gestores se utilizam dos serviços socioassistenciais para benefício próprio e “politicagem” passando por cima do trabalho profissional.

O curso de Serviço Social na UFRB tem habilitação de Bacharelado na modalidade presencial e oferece cem (100) vagas anuais divididas em dois (2) semestres. De acordo com o PPC do curso, a carga horária total do curso é de 3.002 horas (estando de acordo com as normas do MEC) subdivididas em: 2.142 horas de disciplinas obrigatórias; 340 horas de disciplinas optativas; 392 horas de estágio supervisionado; 128 horas de atividades complementares.¹⁴

É interessante observar neste ponto que a carga horária exigida no estágio definido pelo PPC é menor do que a recomendada pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS, que é de quatrocentos e cinquenta horas (450), como cita esse trecho: “A carga horária disponibilizada para o estágio supervisionado curricular obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 3.000 horas (CH mínima) do curso de Serviço Social”¹⁵. Desse modo, o estágio obrigatório da UFRB estaria 58 horas a menos do que menciona a política, o que acaba por encurtar a formação.

¹⁴ Projeto Pedagógico para criação do curso de Serviço Social (2007).

¹⁵ Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

No entanto, o Regulamento de Estágio Obrigatório do Curso de Graduação em Serviço Social da UFRB (022/2011), aponta estar de acordo a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, não só no que se refere a quantidade de horas como também na disposição das referidas horas na matriz curricular.

O Presidente do Conselho Acadêmico – CONAC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, no uso de suas atribuições legais, em consonância com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Lei 8662 de 03 de Dezembro de 1993, com a resolução 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, com a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, e tendo em vista a deliberação extraída da sessão ordinária de sua Câmara de Graduação, realizada em 20 julho de 2011” (Resolução 022/2011)

Desse modo, cabe refletir sobre o estabelecimento de horas inferior ao estabelecido pela ABEPSS para o Estágio Supervisionado (450 horas), tendo este como momento privilegiado da formação considerando-se como peça fundamental do ensino e constituição profissional.

O estágio supervisionado é o momento em que o discente é inserido em diferentes espaços sócio-ocupacionais, sendo supervisionado por um professor e pelo profissional de Serviço Social da instituição. “É uma ação que soma o ensino a pesquisa e a extensão no fazer acadêmico-profissional” (marcela silva, 2014). Nesse momento que o discente terá sua aproximação com a realidade profissional, com a aplicação dos conhecimentos teórico-metodológico, com o instrumental técnico-operativo, com os desafios da prática profissional, entre outros. Destarte, o estágio é um momento indispensável e de demasiada relevância é para formação em Serviço Social.

Art. 1º O estágio supervisionado curricular é um espaço fundamental no processo de formação profissional. Locus este, elementar de inserção do discente em processos de trabalho situados nos diferentes espaços sócio-ocupacionais voltados para a análise crítico-reflexiva da realidade e para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. (Resolução 022/2011, p.2)

O estágio no curso de Serviço social na UFRB sofreu algumas alterações desde a sua criação. Inicialmente, como ainda consta no PPC, o estágio de 392 horas era dividido em três semestres: “Estágio Supervisionado I – 136horas; Estágio

Supervisionado II – 120horas; Estágio Supervisionado III – 136horas”¹⁶, sendo respectivamente no 5º, 6º e 7º período da formação, de modo que o curso teria três turmas em estágio. No entanto, a partir de Resolução 043/2012, essa estrutura sofreu alterações, passando a ser dividida agora em 2 períodos, 6º e 7º, ambos de 196 horas.

A partir da análise preliminar da ata de reunião extraordinária que ocorreu no dia 15 de maio de 2012 (único documento encontrado que consta o motivo que levou a mudança), foi colocado que a falta de campos de estágio motivou a mudança, colocando a pouca oferta de vagas na cidade de Cachoeira e vizinhas em decorrência do seu porte, e nas cidades maiores como Salvador, Feira de Santana e Santo Antonio de Jesus que poderiam ofertar mais vagas, não estão dentro dos padrões das possibilidades socioeconômicas dos discentes.

A carga horária de estágio de Serviço Social é organizada de modo a determinar um tempo para a supervisão acadêmica e horas de campo. Essa configuração mudou depois das alterações que ocorreram¹⁷, mas em ambos os casos, a carga horária total de estágio se manteve em 392 horas. São elas:

- Estágio em três semestres (antiga configuração):

	Campo	Supervisão Acadêmica
Estágio I 136 horas	102 horas	34 horas
Estágio II 120 horas	86 horas	34 horas
Estágio III 136 horas	102 horas	34 horas

QUADRO 01: Carga horária de estágio na antiga configuração de estágio.
Fonte: Resolução 022/2011 da UFRB.

- Estágio em dois semestres (nova configuração):

¹⁶ Art. 9, Capítulo III. RESOLUÇÃO 022/2011. Dispões sobre aprovação do Regulamento do Estágio Obrigatório do curso de Graduação em Serviço Social da UFRB.

¹⁷ Os números colocados nesse trabalho referente a carga horária de estágio em campo e Supervisão Acadêmica são oriundas da minha própria experiência na formação, na convivência com demais estudantes e em reunião de orientação com a professora orientadora Marcela Mary José da Silva. Isso se deu já que essa divisão não foi encontrada em nenhum documento oficial da instituição.

	Campo	Supervisão Acadêmica
Estágio I 196 horas	162 horas	34 horas
Estágio II 196 horas	162 horas	34 horas

QUADRO 02: Carga horária de estágio na nova configuração de estágio.
Fonte: Resolução 043/2012 da UFRB.

Esses dados, no entanto, não são oficiais, não há documentos que estabeleçam essa divisão de horários. Nesse sentido, as vigências desses ficam a critério dos supervisores acadêmicos e de campo e dos discentes em estágio. Essa divisão da carga horária acaba por diminuir, ainda mais (em relação às recomendações da ABEPSS), as horas em campo.

Através da minha própria vivência do curso e observando as experiências de colegas, percebi que as horas de estágio em campo e de supervisão acadêmica têm um padrão variando entre os discentes, podendo ocorrer até a falta de supervisão acadêmica.

Nesse sentido, surgem algumas inquietações no tocante ao estágio. Por que optou-se por uma carga horária inferior a recomendada pela ABEPSS? Considerando a relevância do estágio para a formação já tão expressa nesse trabalho, será que 58 horas a menos de estágio, e 126 horas a menos se não considerarmos a supervisão acadêmica, não seria uma maneira de diminuir o valor que tem o estágio para a formação profissional? Qual a repercussão disso no resultado final da formação? Qual a opinião dos discentes a respeito do estágio supervisionado da UFRB? E no que tange a carga horária de campo e de supervisão acadêmica?

O Projeto Pedagógico de Curso de Serviço Social da UFRB apresenta a matriz Curricular do curso contendo as disciplinas obrigatórias e optativas e suas respectivas ementas. Ao todo, somam-se 32 disciplinas obrigatórias¹⁸ contabilizando 2.142 horas. Elas são subdivididas em oito períodos. No referido documento são citadas 33 disciplinas optativas das mais diversas áreas para o curso. São disciplinas optativas do curso de Serviço Social pela UFRB estabelecidas pelo PPC do curso:

¹⁸ Ver pági. 36.

DISCIPLINAS OPTATIVAS	CARGA HORÁRIA
Administração e Políticas Públicas	68 horas
Antropologia Afro Americana	68 horas
Antropologia Urbana	68 horas
Comunicação nos Movimentos Sociais	68 horas
Cotidiano da Prática profissional	34 horas
Desenvolvimento de Comunidade	68 horas
Direitos Humanos	34 horas
Educação e Espaço Não Formais de Aprendizagem	34 horas
Educação e Movimentos Populares	34 horas
Ética	34 horas
Estrutura social e divisão de classe no Brasil	68 horas
Filosofia Política	68 horas
Gerontologia	68 horas
Gestão Social	68 horas
Historia da Bahia II	68 horas
Infância, Adolescência e Cidadania	68 horas
Movimentos Sociais e Cidadania	34 horas
Política Brasileira Contemporânea	68 horas
Psicologia e Comunidade	34 horas
Serviço Social e Família	68 horas
Serviço Social nos Estudos Culturais	34 horas
Serviços Social e Movimentos Sociais	68 horas
Sociologia da Educação	68 horas
Sociologia do Desenvolvimento	68 horas
Sociologia do Trabalho	68 horas
Sociologia Rural	68 horas
Teoria da Comunicação	68 horas
Teoria da Marginalidade	68 horas
Teorias da Globalização	34 horas
Teoria do Estado	68 horas
Tópicos em Educação e Saúde	68 horas
Tópicos em Política de Saúde	68 horas
Tópicos em Programas Sociais	68 horas

QUADRO 03: Disciplinas Optativas do Curso de Serviço Social.

Fonte: PPC de Serviço Social

É determinado pela Regulação do Ensino de Graduação estabelecido pela PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação,

Art. 40 Define-se como componente curricular obrigatório um conjunto de estudos e atividades correspondentes a um programa desenvolvido num período letivo, com número de carga horária prefixada que deve ser cursada com assiduidade e aproveitamento para a conclusão do curso. Os componentes curriculares obrigatórios são comuns a todos os discentes do

curso, devendo ser cursadas, preferencialmente, na sequência estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Art. 41 Define-se como componente curricular optativo o componente de livre escolha do discente, que complementa a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento, que permitem ao discente iniciar-se numa diversificação do curso. Há obrigatoriedade por parte do discente em cumprir com determinada carga horária, assiduidade e aproveitamento, consoante o PPC. (PROGRAD, 2012. P. 17)

O PPC refere-se também as atividades complementares que se constituem

no aproveitamento de estudos e práticas na área de Serviço Social e áreas afins realizadas ao longo de todo o curso, mediante apresentação de certificado de pesquisa e extensão, participação em eventos e quaisquer outras atividades similares (PPC do curso de Serviço Social, p. 27).

Nesse sentido, as atividades complementares visam além do ensino na sala de aula, abrangendo também os aspectos da pesquisa e extensão, tríplice “indissociável” na formação profissional de Serviço Social. A formação profissional na UFRB exige a carga horária de 128 horas de atividades complementares, essa contagem obedece a um barema disponibilizado pela instituição que pontua conforme estabelecido pelo mesmo.

De acordo com a resolução 21/2011 da UFRB, as atividades complementares tem a função de ampliar o conhecimento do discente através de sua livre participação em variados eventos.

Com o desenvolvimento do curso, foi percebido pelos professores que o compunham, a necessidade de repensar o PPC, a fim de engrandecer a formação. De acordo com a professora Marcela Silva¹⁹, esse movimento começou em 2009 e se oficializou em 2011, com o início de uma articulação entre os professores e o colegiado do curso de Serviço Social, em que instaurou-se o processo de repensar a estrutura curricular, as disposições de estágio e disciplinas optativas ofertadas no curso.

Dentre as alterações estabelecidas nesse primeiro momento no que tange as disciplinas optativas, algumas delas foram adicionadas e outras foram cortadas, destarte, seguem as alterações:

¹⁹ Professora mestre do curso de Serviço Social desde 2010.

Disciplinas Optativas	
Disciplinas Optativas (Primeiro PPC)	Disciplinas Optativas (Projeto de Reformulação do PPC)
Administração e Políticas Públicas (68 horas)	A política de Assistência Social e o Serviço Social (68h)
Antropologia Afro Americana (68 horas)	Administração e Políticas Públicas (68h)
Antropologia Urbana (68 horas)	Antropologia Afro Americana (68h)
Comunicação nos Movimentos Sociais (68 horas)	Antropologia Urbana (68h)
Cotidiano da Prática profissional (34 horas)	Comunicação nos Movimentos Sociais (68h)
Desenvolvimento de Comunidade (68 horas)	Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude (68h)
Direitos Humanos (34 horas)	Estrutura social e divisão de classe no Brasil (68h)
Educação e Espaço Não Formais de Aprendizagem (34 horas)	Família e Serviço Social (68h)
Educação e Movimentos Populares (34 horas)	Filosofia Política (68h)
Ética (34 horas)	Gênero e diversidade sexual (68h)
Estrutura social e divisão de classe no Brasil (68 horas)	Gerontologia Social (68h)
Filosofia Política (68 horas)	Historia da Bahia II (68h)
Gerontologia (68 horas)	Movimentos Sociais e Cidadania (34h)
Gestão Social (68 horas)	Movimentos Sociais e Serviço Social (34h)
Historia da Bahia II (68 horas)	O Serviço Social na Previdência Social (68h)
Infância, Adolescência e Cidadania (68 horas)	Psicologia e Comunidade (34h)
Movimentos Sociais e Cidadania (34 horas)	Questão Agrária e Urbana no Brasil (68h)
Política Brasileira Contemporânea (68 horas)	Raça e Etnia (68h)
Psicologia e Comunidade (34 horas)	Serviço Social e Saúde (68h)
Serviço Social e Família (68 horas)	Serviço Social na Educação (68h)
Serviço Social nos Estudos Culturais (34 horas)	Sociologia da Educação (68h)
Serviços Social e Movimentos Sociais (68 horas)	Sociologia do Desenvolvimento (68h)
Sociologia da Educação (68 horas)	Sociologia do Trabalho (68h)
Sociologia do Desenvolvimento (68 horas)	Sociologia Rural (68h)
Sociologia do Trabalho (68 horas)	Teoria da Comunicação (68h)
Sociologia Rural (68 horas)	Teorias da Globalização (34h)
Teoria da Comunicação (68 horas)	Teoria do Estado (68h)
Teoria da Marginalidade (68 horas)	Tópicos de Educação em Saúde (68h)
Teorias da Globalização (34 horas)	Tópicos Especiais em Meio Ambiente e Serviço Social (68h)
Teoria do Estado (68 horas)	Tópicos em Programas Sociais (68h)
Tópicos em Educação e Saúde (68 horas)	Tópicos de Educação em Saúde (68h)
Tópicos em Política de Saúde (68 horas)	Trabalho e Direitos no capitalismo contemporâneo (68h)
Tópicos em Programas Sociais (68 horas)	

QUADRO 04: Disciplinas Optativas na proposta de reformulação do PPC.

Fonte: Novo PPC de Serviço social.

A: Disciplinas do que se mantiveram na proposta de Reformulação do PPC.

A: Disciplinas que foram cortadas na proposta de Reformulação do PPC.

A: Disciplinas que foram adicionadas à Reformulação do PPC.

O que chama atenção nas alterações das disciplinas optativas é que foram adicionadas disciplinas relacionadas às diversas áreas de atuação da profissão de Serviço Social, o que enriquece a formação profissional, tendo em vista a variedade de campos onde o assistente social atua. Por outro lado, foram tiradas disciplinas que, de acordo com questionário, são algumas das disciplinas mais preferidas entre os discentes, como *Direitos Humanos*, *Ética* e *Educação e Espaços não formais de aprendizagem*.

Além disso, em 2011 foram estabelecidas também mudanças significativas na matriz curricular do curso ficando como tarefas aos docentes do curso a criação da ementa das novas disciplinas adicionadas. Segue quadro das alterações:

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Metodologia Científica (68 horas)	Economia Política (68 horas)	Desenvolvimento Regional (68 horas)	Serviço Social e Processo de trabalho (68 horas)	Oficina Instrumental Técnico-operativo I (68 horas)	Oficina Instrumental Técnico-operativo II (68 horas)	Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso (68 horas)	Trabalho de Conclusão de Curso (0 hora)
Oficina de Textos (68 horas)	Ciência Política (68 horas)	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I (68 horas)	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II (68 horas)	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III (68 horas)	Classes Sociais e Movimentos Sociais (68 horas)	Administração e Planejamento em Serviço Social (68 horas)	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (68 horas)
Teoria Social I (68 horas)	Teoria Social II (68 horas)	Política Social I (68 horas)	Política Social II (68 horas)	Pesquisa Social I (68 horas)	Pesquisa Social II (68 horas)	Estágio Supervisionado II (150 horas)	Estágio Supervisionado III (150 horas)
Introdução ao Serviço Social (68 horas)	Fundamentos de Filosofia (68 horas)	Antropologia Cultural (68 horas)	Ética Profissional I (68 horas)	Ética Profissional II (68 horas)	Estágio Supervisionado I (150 horas)	Supervisão de Estágio II (68 horas)	Supervisão de Estágio III (68 horas)
Formação sócio-histórica do Brasil (68 horas)	Trabalho, sociabilidade e questão social (68 horas)	Psicologia Social (68 horas)	Cidadania e Legislação Social (68 horas)	Optativa I (68 horas)	Supervisão de Estágio I (68 horas)	Optativa III (68 horas)	Optativa IV (68 horas)
-	-	-	-	-	Optativa II (68 horas)	-	-
340 horas	340 horas	340 horas	340 horas	340 horas	490 horas	422 horas	354 horas

CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OBRIGATORIAS:	2.244	CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO:	450
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS:	272	CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3.066	

QUADRO 05: Matriz Curricular na proposta de reformulação do PPC.
Fonte: Novo PPC de Serviço Social

Como revela o quadro, significativas alterações foram propostas nessa primeira articulação. Percebe-se como primeiro ponto que a disciplina de *Teoria Social I e II* diminuiu consideravelmente a carga horária em relação ao PPC criado em 2007 e vigente até então, que somava 238 horas e na proposta de alteração soma-se 136 horas. Desse modo, cabe refletir se essa redução não revela como já mencionada neste trabalho, a possível influência dos cientistas sociais na criação do PPC no que tange as sociologias, e na reformulação propostas pelos professores de Serviço Social, a carga horária dessa disciplina excepcionalmente sociológica foi reduzida, considerando o caráter interventivo da profissão.

Por outro lado, a disciplina de *Oficina Instrumental Técnico-operativo I e II* tiveram sua carga horária aumentada, o que pode relevar numa análise preliminar a intenção por parte dos professores e colegiado de fomentar os aspectos da instrumentalidade correspondente a dimensão técnico-operativo levando em consideração sua relevância no “fazer profissional”.

Algumas disciplinas também foram excluídas nessa proposta desenhada em 2011 como *Formulação, Implementação e Avaliação de Política Pública, Serviço*

Social, Trabalho e Questão Social e Oficina de Informática. A partir da vivência no curso, essas disciplinas são consideradas por mim, como de grande relevância para a formação profissional, no entanto, não dá pra saber se elas foram totalmente extintas, tendo em vista que elas podem ter sido desmembradas nas demais disciplinas da grade curricular, mas não é possível afirmar isso já que não foi possível ter contato com as ementas das disciplinas dessa nova proposta desenhada em 2011.

Outro ponto que chama a atenção refere-se a grande mudança proposta ao estágio supervisionado, em que é colocado o estágio em 3 semestres, cada um com 150 horas mais 68 horas de supervisão acadêmica. É importante notar que nessa proposta de 2011, o estágio estaria de acordo com as normas da ABEPSS no cumprimento de 450 horas de estágio, ao mesmo tempo em que a supervisão acadêmica do mesmo seria uma disciplina contada para além das horas em campo. Nesse sentido, algumas questões surgem acerca desse tão “polemico” assunto para a formação profissional em Serviço Social no caso da UFRB.

Essa iniciativa dos professores e colegiado de aumentar a carga horária de estágio ficando de acordo com as normas da ABEPSS não seria uma forma de concordar com a recomendação da mesma de 450 horas como sendo o ideal para o estágio? Estabelecer a supervisão de estágio como uma disciplina com carga horária 68 horas por semestre para além das horas totais estabelecida para o estágio, não reflete a necessidade e possível falha na atual configuração na qual não é delimitada uma carga horária para a supervisão acadêmica que acaba sendo descontada das horas de estágio?

Além disso, nota-se na proposta a mudança na disposição das disciplinas na grade curricular e na carga horária referente às atividades complementares que diminuiu de 128 horas para 100 horas. Outra significativa alteração proposta em 2011 diz respeito à carga horária de disciplinas optativas que diminuiu de 340 horas para 272 horas.

Vale pontuar ainda alguns dos desafios que se colocam ao curso de Serviço Social da UFRB. O primeiro deles reporta-se ao déficit de professores que sofre o curso. Vários fatores levaram a esse cenário, fatores esses que se referem as próprias especificidades e particularidades dos professores, sendo que muitos deles entraram em doutorado através do Dinter (Doutorados Interinstitucionais) em que os mesmos precisam se ausentar durante um determinado período da formação da

UFRB. Além disso, outro desafio refere-se à nota do último ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) que “tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação” (INEP). O curso de Serviço Social da UFRB teve nota 2 no ENADE, uma nota considerada muito baixa.

Todo o panorama trazido por esse trabalho a respeito da formação profissional em Serviço Social trouxe algumas inquietações, principalmente no que tange as disciplinas e suas respectivas ementas que serão debatidos no próximo capítulo.

4.1 A Matriz Curricular e o desafio das Ementas

Em toda graduação a matriz curricular é a identidade do curso, é de acordo e a partir dela que se define a área de atuação e o profissional que está sendo formado. O Projeto Pedagógico de Serviço Social da UFRB, apresenta sua matriz curricular em oito semestres com todas as disciplinas obrigatórias e a quantidade de disciplinas optativas de acordo com a carga horária necessária previamente estabelecida pelo PPC.

Conforme documento da UFRB da Pró-reitoria de Graduação, Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica e Núcleo Didático-Pedagógico baseado na definição da PUCRS²⁰, uma ementa é definido como “uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina”.

De acordo com página oficial de Serviço Social da UFRB em consonância com o PPC do curso, são disciplinas obrigatórias da graduação:

²⁰ Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul.

1º PERÍODO	Introdução aos Estudos Acadêmicos - 68h	Leitura e Produção de Textos - 68h	Antropologia - 68h	Fundamentos de Filosofia - 68h	Formação do Brasil Contemporâneo - 68h	Seminário Temático: o profissional do Serviço Social - 34h
2º PERÍODO	Teoria Social I - 85h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I - 68h	Serviço Social, trabalho e questão social - 85h	Psicologia - 68h	Economia - 68h	
3º PERÍODO	Teoria Social II - 68h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II - 68h	Processo de trabalho e Serviço Social I - 68h	Oficina de Informática - 68h	Ciência Política - 68h	
4º PERÍODO	Metodologia da Pesquisa em Serviço Social - 68h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III - 68h	Processo de trabalho e Serviço Social II - 68h	Ética Profissional - 68h	Optativa I - 68h	
5º PERÍODO	Oficina Instrumental Técnico-Operativo I - 34h	Política Social I - 85h	Teoria Social III - 85h	Pesquisa Social I: Métodos quantitativos - 68h	Administração e Planejamento - 68h	Optativa II - 34h
6º PERÍODO	Oficina Instrumental Técnico-Operativo II - 34h	Política Social II - 68h	Pesquisa Social II: Métodos qualitativos - 68h	Cidadania e Legislação Social - 68h	Estágio Supervisionado I - 196h	
7º PERÍODO	Projeto de Conclusão de Curso I - 34h	Formulação, implementação e avaliação de políticas sociais - 68h	Optativa III - 68h	Optativa IV - 68h	Estágio Supervisionado II - 196h	
8º PERÍODO	Trabalho de Conclusão de Curso - 102h	Optativa V - 68h	Optativa VI - 34h			

QUADRO 06: Atual tabela da matriz curricular.

Fonte: PPC de Serviço Social.

A partir de uma análise preliminar da matriz curricular, percebe-se a influência do Currículo Mínimo estabelecido pela ABEPSS, uma vez que muitas disciplinas recomendadas pela instituição foram aderidas pelo PPC do curso (a exceção de “Direito” e “Acumulação Capitalista e Desigualdades Social”), como mostra este quadro comparativo com as disciplinas que constam no documento da ABEPSS:

Disciplinas estabelecidas pela ABEPSS
Sociologia
Ciência Política
Economia Política
Filosofia
Psicologia
Antropologia
Formação sócio-histórica do Brasil

Direito
Política Social
Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais
Fundamentos históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social
Processo de Trabalho do Serviço Social
Administração e Planejamento em Serviço Social
Pesquisa em Serviço Social
Ética Profissional

QUADRO 07: Disciplinas obrigatórias estabelecidas pela ABEPSS.
Fonte: ABEPSS.

Para cada disciplina do Currículo é definida uma ementa que deve ser apresentada pelos docentes aos discentes no início do semestre juntamente com a bibliografia, didática, metodologia e forma de avaliação. No entanto, não foi encontrado nenhum documento oficial constando essas informações.

Numa prévia análise da Matriz Curricular de várias Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) do estado da Bahia, é possível perceber que há uma diversidade em seus currículos, ainda que sejam seguidos os padrões da ABEPSS. É certo que cada UFA tem liberdade para desenvolver o seu currículo a partir da especialidade de profissional que se quer formar. Partindo desse contexto e com uma breve análise, vislumbra-se que a formação profissional em Serviço Social pela UFRB tem o perfil mais generalista em relação às áreas de atuação do assistente social, visto que as disciplinas obrigatórias não contemplam tais especificidades, deixando a cargo das disciplinas optativas²¹ abordarem as áreas de atuação do Serviço Social.

²¹ Pág. 32.

5 DEBATENDO AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICO, TÉCNICO-OPERATIVO E ÉTICO-POLÍTICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRB.

De acordo com o Currículo Mínimo da ABEPSS a formação profissional em Serviço Social deve estar firmada nos *Núcleos de Fundamentação*²², já citados nesse trabalho. Esses núcleos serão correspondentes às dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Nesse sentido cabe analisar, de modo inicial, a formação profissional do curso de Serviço Social da UFRB com base na efetivação desses pilares.

Inicialmente, compete à análise da própria matriz curricular do curso, de modo a considerar as disciplinas referenciando-as de acordo com cada dimensão a fim de perceber e comparar a influência delas no currículo. Para isso, cada dimensão é definida por Battini (2001) como:

- a) Dimensão teórico-metodológica substanciada:
 - por uma teoria social de leitura e de explicação do real que tem impressa a dimensão ético-ideológica. O projeto ético-político da profissão do serviço social que se põe em defesa das lutas gerais dos trabalhadores sustenta-se na teoria crítica;
 - Por teorias intermédias ou teorias da ação que explicam e elucidam a ação humana (Teoria do Cotidiano de Agnes Heller, Teoria do Poder de M. Foucault, Teoria do Interacionismo Simbólico de Habermas, Teoria da Complexidade Social de E. Morin, Teoria da Comunicação Humana de A. Touraine, etc), numa unidade teoria-prática de cujo movimento dialético resulta a reconstrução de categorias teórico-metodológicas na particularidade dos objetos de intervenção profissional dos assistentes sociais (BATTINI, 1998);
- b) Dimensão ideo-política que considera a prática social com suas determinações históricas que se revelam e contaminam instituições (famílias, profissões, entidades, movimentos) nas suas dimensões produtiva, investigativa e social/política. Na prática social inclui-se a prática profissional como dimensão daquela, com suas peculiaridades, incluindo igualmente a prática interdisciplinar com a interpenetração de métodos e conteúdos, desenhando a unidade na diversidade;
- c) Dimensão técnico-operativa constituída pelas teorias, metodologias, instrumentos e técnicas enquanto estratégias, táticas, ferramentas e habilidades para realizar a ação. A ação se desenvolve por aproximações sucessivas, pela construção/desconstrução/reconstrução dos objetos, promovendo síntese/totalização/difusão do fazer, contribuindo para a reprodução social das relações sociais na direção da liberdade e da justiça social. A exigência que se coloca é a da construção de metodologia de trabalho como esteira da intervenção profissional do assistente social. No entanto, há que se tomar cuidado com o metodologismo e com o

²² Pág. 23.

instrumentalismo, tendências empobrecedoras da profissão (GUERRA, 2000). (BATTINI, 2001. P. 3)

No entanto, há uma dificuldade em estabelecer cada disciplina a uma dimensão, inicialmente porque as disciplinas não estão completamente isoladas, elas se complementam e se interligam entre si, permeando pelas dimensões.

Além disso, sabe-se que cada disciplina possui uma ementa e é percebido no decorrer da formação, que por vezes, a mesma não é seguida pelo docente como estabelecida no PPC. Isso acontece tendo em vista uma discordância se essa ementa contempla ou não a disciplina, o que remete a necessidade de articulação do colegiado do curso com os professores, a fim de repensar as disciplinas e suas respectivas ementas, logo, retomando a discussão da necessidade do novo PPC.

Do modo corrente, uma mesma disciplina é apreendida de forma diferente pelas turmas a depender do professor que a ministra, levando em consideração a adoção ou não da ementa por parte dele. O que a partir de uma primeira análise acaba por ocasionar uma formação “mista” e, logo, desalinhada.

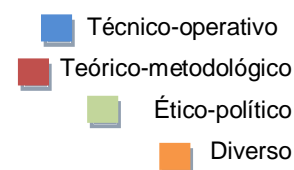
Essa análise leva a considera a necessidade de uma unidade em se estabelecer o mais preciso possível o que é cada dimensão, do que é ela trata e qual sua relevância para a formação. Pouco se tem a esse respeito, e muitas vezes essas dimensões são tratadas isoladamente ou com certo distanciamento da prática. Esse é um dos pontos que fomenta um desafio tão presente e já estabelecido para a formação, que se refere à correlação de teoria e prática.

Ainda que com a dificuldade para fazê-lo, tem-se como necessário para a análise que se propõe esse trabalho, estabelecer, ainda que de modo preliminar e aproximado, a correspondência das disciplinas da matriz curricular de Serviço Social com as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Para tanto, temos:

1º PERÍODO	Introdução aos Estudos Acadêmicos - 68h	Leitura e Produção de Textos - 68h	Antropologia - 68h	Fundamentos de Filosofia - 68h	Formação do Brasil Contemporâneo - 68h	Seminário Temático: o profissional do Serviço Social - 34h
2º PERÍODO	Teoria Social I - 85h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I - 68h	Serviço Social, trabalho e questão social - 85h	Psicologia - 68h	Economia - 68h	
3º PERÍODO	Teoria Social II - 68h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II - 68h	Processo de trabalho e Serviço Social I - 68h	Oficina de Informática - 68h	Ciência Política - 68h	
4º PERÍODO	Metodologia da Pesquisa em Serviço Social - 68h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III - 68h	Processo de trabalho e Serviço Social II - 68h	Ética Profissional - 68h	Optativa I - 68h	
5º PERÍODO	Oficina Instrumental Técnico-Operativo I - 34h	Política Social I - 85h	Teoria Social III - 85h	Pesquisa Social I: Métodos quantitativos - 68h	Administração e Planejamento - 68h	Optativa II - 34h
6º PERÍODO	Oficina Instrumental Técnico-Operativo II - 34h	Política Social II - 68h	Pesquisa Social II: Métodos qualitativos - 68h	Cidadania e Legislação Social - 68h	Estágio Supervisionado I - 196h	
7º PERÍODO	Projeto de Conclusão de Curso I - 34h	Formulação, implementação e avaliação de políticas sociais - 68h	Optativa III - 68h	Optativa IV - 68h	Estágio Supervisionado II - 196h	
8º PERÍODO	Trabalho de Conclusão de Curso - 102h	Optativa V - 68h	Optativa VI - 34h			

QUADRO 08: Matriz Curricular quanto às dimensões.

Fonte: PPC de Serviço Social;



Os dados no quadro mostra que 60% da carga horária das disciplinas se referem a dimensão teórico-metodológico (TM), aproximadamente 24% referem-se a dimensão técnico-operativo (TO), 3% as disciplinas da dimensão ético-político (EP) e 9% algumas disciplinas que passeiam pelas três dimensões. A partir da análise do quadro temos uma carga horária bem desproporcional no que se refere as dimensões, mas vale ressaltar algumas considerações. A dimensão ético-político só é apontada em apenas uma disciplina, mas é possível percebê-la em varias disciplinas das demais dimensões tornando-a bem presente na formação.

De forma mais ampla, percebe-se que a dimensão teórico-metodológico tem mais espaço na formação, principalmente no que diz respeito as sociologias, quando temos a disciplina de “Teoria Social” em três semestres contabilizando 238 horas, divididas em “Teoria Social I” com 85 horas, “Teoria Social II” com 68 horas “Teoria Social III” também com 85 horas. Percebe-se que a única disciplina exclusivamente com Serviço Social com 85 horas num semestre é “Serviço Social, Trabalho e Questão Social”, nesse sentido, esses dados levam a reflexão e a indagação se essa demasiada aproximação com a sociologia do currículo de Serviço Social da UFRB não tem a ver com a influencia dos componentes da comissão técnica de elaboração do PPC.

Como já tratado por esse trabalho, a comissão técnica de elaboração do PPC do curso de Serviço Social contou apenas com uma assistente social e demais componentes correspondiam a um cientista social, filósofos, administradores e um estudante de museologia. A então observação da matriz curricular, leva ao questionamento no que se refere à repercussão de uma formação tão voltada para a dimensão teórico-metodológica e ético-político²³.

Deve-se analisar também na matriz curricular a abrangência reduzida da dimensão técnico-operativo e demasiada abrangência das demais dimensões, uma vez que na maioria das disciplinas do TO também permeiam as dimensões TM e EP. Nessa perspectiva, surge a inquietação no que uma formação profissional em Serviço Social tão inclinada a dimensão TM em detrimento da dimensão TO pode acarretar na formação e no exercício profissional.

Uma breve análise na história da profissão faz-se perceber a luta pela renovação, pelo aprimoramento profissional deixando pra traz a caridade e o caráter assistencialista e buscando estabelecer o Serviço Social como campo científico incorporando a teoria social Marxista à profissão. Nesse sentido, Battini (2001) aponta referente aos assistentes sociais do pós reconceituação:

O que interessava era interpretar o mundo o que era possível pela referência teórica de leitura da realidade. Portanto a necessária unidade teoria/prática, que dá sustentação à transformação, fora desconsiderada em suas dimensões teórico-metodológica, ídeo-política e técnico-operativo. Resultando assim, na ênfase da teoria, no método e na história distanciados da prática (que implica mais diretamente o instrumental) e, portanto, daquilo que se coloca como a excelência do serviço social: o saber/fazer. (BATTINI, 2001)

²³ Considerando a presença da dimensão ético-político nas demais disciplinas do currículo.

Essa busca em levar o Serviço Social ao nível de pesquisa e ciência pode ter alavancado um evidente desenvolvimento para as dimensões teórico-metodológico e ético-político, e a questão que surge nesse sentido e se a dimensão técnico-operativo seguiu esse mesmo ritmo.

De acordo com Battini (2001), na atualidade, os profissionais de Serviço Social começam a repensar a instrumentalidade para a profissão, de modo a perceber o instrumental como uma ferramenta que contempla a práxis na perspectiva de transformação e enfrentamento da “questão social”.

O instrumental utilizado pelo assistente social em seu trabalho, não pode ser visto, analisado e aplicado, isoladamente, mas, organicamente articulado ao projeto ético-político da profissão (*indicação ética que adquire efetividade histórico-concreta quando se tem uma direção político-profissional e que não se limitam a normatizações morais, mais envolvem escolhas teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais*) fazendo parte de um conjunto maior da profissão e de uma determinada concepção de serviço social. (BATTINI, 2001. P. 1)

Retomar essa discussão da instrumentalidade não tem o objetivo de fomentar uma formação tecnicista, mas de entender a relevância desta dimensão como uma mediação do conhecimento teórico e das habilidades e técnicas baseadas numa metodologia, ambos respaldados e em conformidade com a ética profissional, a fim de realizar a trajetória que vai do “saber como fazer” ao “realizar”²⁴, como sinaliza Battini (2001) em:

O instrumental, como conjunto articulado de instrumentos e técnicas substancia a operacionalização da ação e é concebido como estratégia por meio da qual ela se efetiva. É uma instância de passagem que permite que se realize a trajetória que vai da concepção da ação à sua operacionalização (MARTINELLI E KOUMROUYAN, 1994). Como categoria relacional, expressa o eixo operacional das profissões abrangendo o campo das técnicas, das habilidades e dos conhecimentos. Como mediação pela qual se opera a correção dos meios e a coerência e legitimidade dos fins, o instrumental é uma categoria que se constrói permanentemente a partir das finalidades da ação que se quer realizar e dos determinantes políticos, sociais, e institucionais a ela referidos. O uso do instrumental assim potencia a ação humana elevando a profissão em sua competência técnico-política. (BATTINI, 2001. P. 5).

A formação profissional em Serviço Social tem como função/obrigação a relação entre conhecimento e realidade, ou seja, entre teoria e prática social. Nesse

²⁴ Battini (2001) citando Martinelli e Koumrouyan (1994).

sentindo, cabe à formação ensinar “como fazer”, ensinar o os meios que concretizam o trabalho, estando “certo que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas na realidade” (OLIVEIRA, 2010. P. 738).

É por isso, que acredito e defendo que cabe à nós, estudantes de Serviço Social, e professores que fazem esse curso acontecer, entramos em reflexão acerca de buscar cada vez mais o aperfeiçoamento da nossa formação em suas dimensões ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, colocando-a como prioridade para o crescimento e desenvolvimento de uma categoria profissional cada vez mais capacitada e preparada para o enfrentamento da questão social.

6 ANALISANDO OS DADOS DOS EGRESSOS E ESTUDANTES CONCLUÍNTES DE SERVIÇO SOCIAL PELA UFRB

Antes de tratar dos questionários, é preciso entender a partir de que direção este trabalho percebe o cenário no qual está a formação profissional em Serviço Social da UFRB. A teoria social que orienta o curso é a *Teoria Social Marxista* como dita o próprio caráter da profissão de Serviço Social. Nessa perspectiva, é entendido a influencia da articulação dos vários efeitos e fenômenos no interior da formação, ou seja, de sua totalidade social, considerando-a como fundamental para conhecer, a partir de uma primeira análise, a experiência particular da UFRB no que se referem as suas variáveis: estágio supervisionado, matriz curricular, PPC, disciplinas optativas e as dimensões técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico.

Este questionário buscou alcançar a realidade da formação profissional em Serviço Social através daqueles que a vivenciam ou já vivenciaram. Perceber a formação para além dos documentos e se aproximar da experiência vivenciada pelos próprios sujeitos, a fim de compreender a realidade da formação em Serviço Social da UFRB. O questionário proporcionou conhecer a percepção que os sujeitos têm de sua formação, seus desafios e seus pontos positivos.

A fim de alcançar os objetivos já mencionados e enriquecer este trabalho, foi desenvolvido e aplicado um questionário semiestruturado com 36 questões entre objetivas e subjetivas. O mesmo foi aplicado a egressos e discentes que já concluíram o estágio supervisionado no curso de Serviço Social na UFRB.

Para a elaboração do questionário foram incorporadas informações do próprio PPC do curso, no que se refere às disciplinas optativas, estágio supervisionado, as dimensões, ementas, objetivos da formação, entre outros. O questionário foi construído e publicado utilizando uma ferramenta online, de modo a facilitar o acesso pelos sujeitos aos quais ele se destina. Ainda pensado em possibilitar o acesso aos questionários e reconhecendo as redes sociais como um atual e importante mecanismo de socialização e troca de informações, alcançar as pessoas por esses meios foi o primeiro passo para a aplicação do questionário, contatando os sujeitos da pesquisa.

Para isso, o primeiro passo foi um breve levantamento do contato de egressos e estudantes ainda em formação do último e penúltimo período de formação, seguindo o critério de estágio, considerando sua conclusão ou estar em

processo de conclusão deste. A partir deste levantamento, foi iniciado um primeiro contato com os sujeitos da pesquisa através das redes sociais, a fim de explicar a intenção de aplicar o questionário, a que ele se destina e do que ele trata, além de coletar os emails para vincular com o link do questionário.

O período de aplicação do questionário iniciou-se no dia 16 de fevereiro de 2015 e foi finalizado no dia 2 de março de 2015, somando 15 dias. É importante salientar que a realização dessa pesquisa teve de enfrentar alguns desafios para sua aplicação e o principal deles refere-se ao tempo. Tendo em vista que esse trabalho está arraigado à condição de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) do curso de Serviço Social, logo, ele obedece a um calendário acadêmico, no qual é estabelecido até o mês de maio do ano corrente a entrega do mesmo. No entanto, a entrega deste trabalho sofreu uma significativa mudança, já que a professora orientadora Marcela Mary José da Silva entraria em doutorado através do Dinter²⁵ e não mais poderia continuar na elaboração deste trabalho a partir do final do mês de março.

Devido à restrição de tempo, a pesquisa deste trabalho também sofreu as consequências, tendo seu período de execução reduzido. Além disso, a aplicação do questionário coincidiu com o período de carnaval o que atrasou as respostas dos sujeitos pesquisados. Ainda que com os referidos desafios, os questionários foram imensamente significativos em seu resultado, possibilitando alcançar seus objetivos e demonstrar a concepção dos egressos e estudantes a cerca das diversas variáveis da formação.

6.1 Os resultados

Os aspectos abordados no questionário referem-se ao estágio supervisionado, as disciplinas optativas, as ementas, as dimensões técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico, além da participação em grupos de extensão e pesquisa, relevância dos conteúdos frente a prática profissional e o quão se sentem preparados a partir do que propõe os objetivos do PPC.

Ao todo, a pesquisa foi mandada para 71 pessoas entre estudantes que já concluíram estágio e egressos do curso de Serviço Social da UFRB e contou com o

²⁵ Doutorado Interinstitucional

resultado de 41 questionários, dentre eles 80% eram mulheres e 20% eram homens, o que confirma a herança “feminina” que carrega a profissão. Dentre os pesquisados, 71% são egressos e 29% são estudantes, e entre os egressos, 48% estão desempregados ou trabalhando em outra área e 50% estão empregados como assistentes sociais, o que nos dará um bom panorama da relação entre a formação e a prática profissional.

Dentre os pesquisados, 78% participaram de grupos de pesquisas e extensão e 22% revelam que nunca participarão dos mesmos. Os referidos grupos fazem parte da tríplice base da universidade de Ensino, Pesquisa e Extensão, que tem por objetivo formar para além da sala de aula, formar profissionais com habilidades de construção de conhecimento além de propor uma relação com a comunidade. Desse modo, a aplicação e inter-relação entre esses núcleos são fundamentais na composição de uma formação profissional de qualidade, como revela a seguinte narrativa²⁶ de um dos entrevistados: “[...]foi um suporte a mais na formação profissional, visto que se extrapola os muros da universidade e se tem contato direto com a prática da pesquisa na profissão.”(Renata).

Um ponto presente no PPC do curso e abordado no questionário, refere-se às competências e habilidades que a formação em Serviço Social da UFRB deve contemplar. Para que o questionário pudesse propiciar resultados significativos, foram listadas as competências e habilidades que constam no PPC e pedido que os entrevistados avaliassem de 0 (zero) à 5 (cinco) o quanto se sentiam capacitados pela formação em cada uma delas, sendo 0 (zero) “nada capacitado” e 5 (cinco) “totalmente capacitado”. Desse modo, foi possível tirar uma média do quanto estudantes concluintes e egressos se sentiam preparados nos aspectos postos no PPC. Nessa perspectiva temos:

MÉDIA DO QUANTO SE SENTE HABILITADO NAS SEGUINTESS HABILIDADES PROFISSIONAIS SENDO ZERO NADA HABILITADO E 5 MUITO HABILITADO	MÉDIA APROXIMADA
Elaborar, gerir, executar e avaliar planos, programa e projetos na área social.	3,4

²⁶ Os nomes dos entrevistados referentes aos questionários são todos fictícios.

Assessorar organizações públicas, empresa privadas, organizações da sociedade civil, organismos comunitários e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e na garantia dos direitos civis, políticos e sociais das comunidades.	3,1
Patrocinar e facilitar a participação dos usuários nas decisões institucionais.	3,6
Planejar, organizar e administrar benefícios sociais.	3,8
Prover orientação social a indivíduos e grupos no sentido de identificar recursos e utilizá-los no atendimento da defesa de direitos.	4,1
Elaborar perícias técnicas, laudos periciais e fornecer informações e pareceres sobre matéria relativa ao Serviço Social.	3,6
Planejar, executar e publicar pesquisas que contribuam com o desenvolvimento do conhecimento nessa área de atuação.	3,6

QUADRO 09: Média dos pesquisados a respeito das habilidades.
Fonte: Questionário “Formação Profissional em Serviço Social”.

Esses dados apontam para um resultado acima da média, referente a quanto os sujeitos se sentem capacitados nas competências e habilidades mencionados no PPC como responsabilidade da formação. Se olharmos esses resultados tendo em vista a intenção de uma formação generalista, esse resultado é bom quanto ao sentimento dos sujeitos dessa pesquisa frente a suas capacidades profissionais oriundas da formação.

Outro ponto abordado pelo questionário refere-se às dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, a fim de que os sujeitos da pesquisa avaliem sua abordagem na formação profissional na UFRB. Para isso pedimos aos estudantes e egressos que classificassem como “Bom”, “Ótimo”, “Regular”, “Péssimo” e “Ruim” cada uma das dimensões.

A abordagem da dimensão teórico-metodológico na formação profissional da UFRB foi considerado “Bom” por 68% dos sujeitos pesquisados, 17% avaliou como “Regular” e 15% como “Ótimo”. Esse resultado aponta para uma formação que contempla essa dimensão, como também já apontado por esse trabalho a inclinação da formação para as áreas sociológicas e teóricas.

A abordagem da dimensão ético-político foi apontada 61% como “Bom”, 20% como “Ótimo”, 17% como “Regular” e 2% como “Ruim”. Esse resultado também aponta para uma boa avaliação dessa dimensão tão importante para a formação de

um profissional de Serviço Social. Mas também sugere que ela não goza da mesma objetividade da dimensão teórico-metodológico na formação.

Já a dimensão técnico-operativo teve como resultado 56% como “Regular”, 34% como “Bom”, 5% como “Ótimo”, 3% como “Péssimo” e 2% como “Ruim”. Esse resultado comprova e retoma a discussão sobre as técnicas e instrumentalidade na formação profissional em Serviço Social. No caso da UFRB, os pesquisados apontam pra um déficit na formação técnica em Serviço Social, entendendo-a como uma profissão de intervenção prática na realidade. Nesse sentido, é questionado do que o pesquisado sentiu falta na sua formação, o que apontou também para essa temática:

A disciplina de Instrumental é insuficiente para dar conta daquilo que se propõe. (Érica);
Embora tenha sido inserida em campo de estágio no qual é possível identificar os instrumentais necessário a atuação, senti falta de ser mais trabalhado os instrumentais de trabalho do assistente social, no sentido mesmo da construção de cada um. (Renata);
Acho que é preciso disciplinas que façam discursos mais técnico praticas, de modo a possibilitar que os estudantes tenham um contato mais direto com os instrumentais utilizados na pratica. (Kelly)

Como fica evidente na fala dos sujeitos pesquisados, a abordagem da dimensão técnico-operativo é percebida como insuficiente frente à prática profissional e suas demandas, como já analisado e debatido por esse trabalho. Ao mesmo tempo, esse resultado aponta para a necessidade de se repensar a relevância da instrumentalidade na formação e na própria prática profissional do Serviço Social, além de observar a disposição das disciplinas que tem essa discussão na matriz curricular. Nesse cenário, cabe refletir se a própria formação e a experiência dos professores alcançam essa dimensão de fazer profissional.

Como apontado pela primeira análise desse trabalho e demonstrado pela pesquisa, as dimensões não são trabalhadas da mesma forma na formação profissional da UFRB. As reflexões e resultados obtidos por esse trabalho sinalizam a fragilidade dessa dimensão em detrimento às outras. Isso acontece, como explica Battini (2001), a partir do movimento de reconceituação em que os assistentes sociais declinam em relação às técnicas e instrumentalidade, e passou-se a considerar apenas a análise teórica de leitura da realidade.

O questionário apontou o que é uma das grandes inquietações da formação que é a relação da teoria com a prática. Muitos dos egressos falam que sentem falta

dessa correlação, demonstraram que gostariam que houvesse mais disciplinas ou outras opções que promovessem uma melhor compreensão da relação teoriaXprática, como demonstra as seguintes falas:

A articulação entre a unidade teoria e prática no todo da formação é o que mais faz falta. (Érica);
[Sente falta de] Ter mais conhecimento sobre o dia a dia do profissional, e de sua atuação geral e específica em cada área de atuação. (Leila)

Tendo em vista o caráter generalista da formação profissional em Serviço Social da UFRB, que busca as especificidades da profissão e suas áreas de atuação através das disciplinas optativas, o questionário perguntou aos sujeitos da pesquisa sua posição com relação cada disciplina apresentada no PPC. Essa questão tinha como objetivo identificar a abrangência das disciplinas optativas no que se refere a sua oferta na formação. Desse modo, o questionário apresenta:

DISCIPLINA OPTATIVA	CURSOU	NÃO CURSOU MAS JÁ FOI OFERTADA	NÃO CURSOU PORQUE SÓ FOI OFERTADO UMA VEZ	DESCONHECIA SER OPTATIVA DO CURSO	NUNCA FOI OFERTADO ATÉ ENTÃO NO MEU PERÍODO DE FORMAÇÃO	NÃO ME LEMBRO
Administração e Políticas Públicas (68 horas)	11	7	0	8	13	2
Antropologia Afro Americana (68 horas)	2	3	1	23	7	5
Antropologia Urbana (68 horas)	0	3	0	18	13	7
Comunicação nos Movimentos Sociais (68 horas)	6	8	1	8	12	6
Cotidiano da Prática profissional (34 horas)	7	1	1	11	16	5
Desenvolvimento de Comunidade (68 horas)	1	4	0	11	16	9
Direitos Humanos (34 horas)	32	9	0	0	0	0
Educação e Espaço Não Formais de Aprendizagem (34 horas)	21	13	0	1	5	1
Educação e Movimentos Populares (34 horas)	1	8	0	10	13	7
Ética (34 horas)	25	2	1	6	4	3
Estrutura social e divisão de classe no Brasil (68 horas)	3	2	0	16	14	6
Filosofia Política (68 horas)	4	2	0	15	9	11
Gerontologia (68 horas)	16	25	0	0	0	0
Gestão Social (68 horas)	22	15	0	1	2	1
Historia da Bahia II (68 horas)	0	7	0	17	10	7
Infância, Adolescência e Cidadania (68 horas)	4	6	0	10	14	7
Movimentos Sociais e Cidadania (34 horas)	13	20	0	3	2	3
Política Brasileira Contemporânea (68 horas)	2	2	0	16	11	10
Psicologia e Comunidade (34 horas)	4	3	0	13	15	6
Serviço Social e Família (68 horas)	18	17	4	0	0	2
Serviço Social nos Estudos Culturais (34 horas)	20	4	0	7	5	5
Serviços Social e Movimentos Sociais (68 horas)	4	17	1	6	5	8
Sociologia da Educação (68 horas)	1	4	0	13	12	11
Sociologia do Desenvolvimento (68 horas)	0	2	1	16	10	12
Sociologia do Trabalho (68 horas)	3	15	0	7	7	9
Sociologia Rural (68 horas)	2	14	2	9	9	5
Teoria da Comunicação (68 horas)	0	4	0	17	11	9
Teoria da Marginalidade (68 horas)	0	1	0	18	14	8
Teorias da Globalização (34 horas)	0	3	0	19	14	5
Teoria do Estado (68 horas)	0	2	0	17	16	6
Tópicos em Educação e Saúde (68 horas)	25	10	0	2	2	2
Tópicos em Política de Saúde (68 horas)	12	12	1	3	9	4
Tópicos em Programas Sociais (68 horas)	10	14	0	3	11	3

QUADRO 10: Frequência nas Disciplinas Optativas.

Fonte: Questionário “Formação Profissional em Serviço Social”.

Após observar esses números, percebi que muitas das disciplinas optativas que constam no PPC, não têm certa frequência de disponibilidade durante a formação, chegando até ser desconhecidas por parte dos alunos como disciplinas optativas do curso. Podemos perceber isso em disciplinas como “Desenvolvimento

de Comunidade”, “Sociologia da Educação”, “Psicologia e Comunidade”, “Infância, Adolescência e Cidadania”, entre outros.

Nesse sentido e tendo em vista que o caráter generalista da formação em Serviço Social da UFRB, as optativas acabam não sendo eficientes no que diz respeito a formar conforme as especificidades da profissão, tendo em vista que muitas delas não são ofertadas e/ou nem sequer eram de conhecimento do corpo discente como optativa presente no PPC de Serviço Social.

Outro ponto abordado por esse trabalho e levantado pela pesquisa refere-se às ementas das disciplinas. Segundo 65% dos pesquisados, nem sempre os professores seguem as o que é anunciado nas disciplinas contra 35%. Essa realidade aponta para uma realidade já abordada por esse trabalho, quando um professor decide não seguir uma ementa porque concorda que ela não abrange a disciplina. Essa discussão não se trata de um juízo de valor, mas chama a atenção para essa realidade e coloca para a reflexão que se há uma discordância por parte dos docentes no que se refere à proposta de uma ementa, então essa deve ser analisada, debatida e, se necessário, mudada. Os estudantes pesquisados colocam alguns motivos pelos quais acreditam que os professores nem sempre seguiam as ementas:

Em algumas disciplinas percebeu-se que o professor se empenhou em seguir aquilo que julgava importante, alguns chegaram a dizer que a ementa fugia a realidade do curso. (Júlia);
Alguns docentes de forma flexível sugeriram mudanças nas ementas objetivando contribuir com o processo educacional dos estudantes. Porém por mais grave que seja outros nem ao menos concluíram o primeiro momento/unidade das ementas por falta de compromisso profissional. (Lucas)

As falas dos sujeitos pesquisados demonstram que algumas disciplinas cursadas pelos mesmos não eram seguidas exatamente como enuncia a ementa, tendo em vista que alguns professores perceberam que elas não contemplavam a realidade.

6.1.1 O Estágio Supervisionado

Além dos vários resultados expostos acima, o questionário se debruçou também sobre a questão do Estágio Supervisionado, a fim de entender como foi vivenciado esse momento da formação, como se deu sua entrada no campo de

estágio, o quão produtivo foi e suas opiniões acerca desse tema. Senti a necessidade de reservar esse espaço para o estágio tendo em vista a dimensão de sua discussão e a relevância do mesmo para a formação profissional.

Dentre os pesquisados, 63% revelam que foram sozinhos se apresentar a instituição em que cumpriria o estágio, 24% respondeu que foi apresentado à instituição pelo supervisor de estágio e 12% conta que foi apresentado pela UFRB. Esses números revelam que na maioria das vezes o estagiário foi para o campo sozinho, apresenta um termo de compromisso e começa a estagiar, sem a presença de um professor, ou supervisor ou qualquer membro do colegiado que o apresente ao campo. Nessa perspectiva uma estudante conta: “Porque o colegiado do curso não se interessa de forma correta para fazer um levantamento de vagas de estágios, deixando os discentes responsáveis por se inserir no campo.” (Rodrigo)

Outro ponto refere-se ao período de estágio em que 59% dos pesquisados cumpriram o estágio supervisionado em dois semestres, ou seja, depois da reformulação do estágio em dezembro de 2012, e 41% cumpriu em três semestres com a antiga configuração. Segundo os estudantes e egressos, 61% consideram que o estágio foi muito produtivo para sua formação, 32% consideram que foi regular e 7% consideram que foi pouco produtivo. Esses dados atestam a relevância do momento do estágio supervisionado para a formação, consideração já exposta nesse trabalho, principalmente nas seguintes falas:

Em toda a minha fala devo justificar a vivência do estágio supervisionado, pois este sim foi a verdadeira escola da vida profissional, devo muito ao espaço sócio-ocupacional onde estive inserida e a profissional que esteve me supervisionando.(Juliana);

Me proporcionou oportunidade de participar de atividades desenvolvidas pela supervisora, onde pude perceber as peculiaridades descritas pelos teóricos e debatidas em sala de aula. Uma verdadeira aproximação da realidade social dos usuários do serviço da instituição a qual eu estagiei. [...].(Clara);

[...]eu gostaria de ter tido mais aulas práticas, ligadas ao mercado de trabalho. Acredito que se não fosse a experiência de estágio eu não saberia nem fazer um parecer direito. (Celina).

O que mais chamou a atenção no aspecto do estágio foi o que diz respeito às cargas horárias. Nesse sentido, o questionário perguntou aos entrevistados qual foi

sua carga horária no campo de estágio e de supervisão acadêmica em cada semestre cumprido.²⁷ Desse modo temos:

HORAS DE ESTÁGIO			
ESTÁGIO EM 3 SEMESTRES			
ESTÁGIO I: HORAS EM CAMPO		ESTÁGIO I: HORAS DE SUPERVISÃO ACADÊMICA	
CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA	CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA
120 horas	1	16 horas	1
110 horas	1	26 horas	1
102 horas	2	34 horas	1
104 horas	1	20 horas	1
100 horas	1	30 horas	1
Não lembra/Não soube responder	5	Não lembra/Não soube responder	5
Não respondeu	4	32 horas	1
		24 horas	1
		36 horas	1
		Não respondeu	4
ESTÁGIO II: HORAS EM CAMPO		ESTÁGIO II: HORAS DE SUPERVISÃO	
CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA	CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA
120 horas	2	12 horas	1
110 horas	1	10 horas	1
86 horas	2	34 horas	1
92 horas	1	8 horas	1
100 horas	1	38 horas	1
Não lembra/Não soube responder	5	Não lembra/Não soube responder	5
Não respondeu	5	48 horas	1
		Não respondeu	6
ESTÁGIO III: HORAS EM CAMPO		ESTÁGIO III: HORAS DE SUPERVISÃO	
CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA	CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA
130 horas	1	20 horas	1
110 horas	1	26 horas	1
102 horas	4	34 horas	1
112 horas	1	8 horas	1
Não respondeu	5	30 horas	1
Não lembra/Não soube responder	5	Não lembra/Não soube responder	5
		35 horas	1
		24 horas	1
		Não respondeu	5

QUADRO 11: Carga Horária de estágio em três semestres.

Fonte: Questionário "Formação Profissional em Serviço Social".

²⁷ Ver pág. 31.

HORAS DE ESTÁGIO			
ESTÁGIO EM 2 SEMESTRES			
ESTÁGIO I: HORAS EM CAMPO		ESTÁGIO I: HORAS DE SUPERVISÃO ACADÊMICA	
CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA	CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA
162 horas	7	34 horas	8
130 horas	1	68 horas	2
196 horas	3	32 horas	1
164 horas	1	Não teve	2
120 horas	1	Não respondeu	10
Não lembra/Não soube responder	4	Não lembra/Não soube responder	2
Não respondeu	7		
ESTÁGIO II: HORAS EM CAMPO		ESTÁGIO II: HORAS DE SUPERVISÃO	
CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA	CARGA HORÁRIA	FREQUENCIA
162 horas	7	34 horas	8
130 horas	1	68 horas	2
196 horas	3	32 horas	1
120 horas	1	Não teve	2
164 horas	1	Não respondeu	8
Não lembra/Não soube responder	4	Não lembra/Não soube responder	2
Não respondeu	7		

QUADRO 12: Carga Horária em dois semestres.

Fonte: Questionário “Formação Profissional em Serviço Social”.

Em ambos os casos, verifica-se a disparidade entre as cargas horárias de campo e de supervisão independente da configuração do estágio, em dois ou três semestres. A esse respeito surgem questões acerca do por quê isso acontece, o que leva a essa disparidade e por que isso ainda não é corrigido. Como não foi objeto dessa pesquisa realizar um estudo comparativo entre universidades e perceber como as demais UFA's dão conta da organização do estágio, destaco que o que é fundamental é definir mais claramente a carga horária das supervisões de campo e acadêmica, levando em consideração as recomendações da ABEPSS.²⁸

Essa realidade acaba por afetar o estágio que é um dos principais momentos da formação, e que se não tiver um bom acompanhamento tanto do supervisor acadêmicos nas orientações devidas e correlações com os conteúdos da sala de aula, como também, um acompanhamento do colegiado a fim de estar sempre verificando se aquele campo ainda oferece os meios suficientes para um bom aproveitamento e aprendizagem ao discente.

²⁸ Ver página 29.

O estágio supervisionado é o lócus privilegiado de articulação da unidade teoria e prática, portanto me possibilitou pensar esta articulação e mesmo a falta desta no campo de estágio. Contribuiu para pensar a categoria instrumentalidade à luz do materialismo histórico-dialético o que se desdobrou no meu Trabalho de Conclusão de Curso. (Érica).

Em certa medida sim. Embora esse processo estágio-campo-supervisão tenha sido um pouco difícil por diversos aspectos. Tais como dificuldade de inserção e falta de amparo tanto da academia, quanto do campo que me recebeu. Mais o estágio sempre contribui. Eu costumava dizer que "no estágio se aprende até como não se deve ser", como profissional! (Tatiana)
Porque a supervisora de campo não deixava a gente acompanhar, participar do processo que ocorria na instituição, também não houve supervisão acadêmica o que dificultou bastante o andamento de estágio proveitoso. (Carla)

Tive a sorte de ter profissionais que a todo momento faziam esse "link" da teoria e prática. Se não aprendíamos no campo, a supervisão acadêmica dava um apoio também! (Leila)

Todos esses diálogos oriundos da pesquisa demonstram diversas realidades e desafios vivenciados no período de estágio. Eles se referem a importância que o estágio teve para a sua formação, assim como sua função de estabelecer vínculo com os conteúdos da sala de aula, conhecer a realidade da profissão com profissionais competentes e o apoio da supervisão acadêmica nesse período, e por outro lado, também apontou campos de estágios insatisfatórios, instituições desestruturadas, profissionais despreparados pra receber os estagiários, insuficiência ou falta de supervisão acadêmica, entre outros.

Toda essa diversidade mostra experiências boas referentes ao estágio: sua importância, sua função, seu bom andamento, o suporte da supervisão. Mas mostram também pontos negativos, como estrutura, pouco aprendizado, falta de supervisão acadêmica, etc. Mas o que fica evidente com tudo isso é o quanto o Estágio Supervisionado e a Supervisão Acadêmica são fundamentais para a formação profissional em Serviço Social e acredito que em qualquer outro curso de graduação. Esse ponto é encontrado e acordado tanto em documentos oficiais como Plano Nacional de Estágio, Currículo Mínimo de Serviço Social, resolução²⁹ do Estágio Supervisionado da UFRB, normas do MEC, etc. como pelos próprios estudantes (como eu) e egressos de Serviço Social da UFRB e pelo próprio PPC do curso. Sendo assim, tanto o estágio quanto a supervisão, devem estar em foco tanto para o colegiado quanto para os discentes, buscando sempre sua fiscalização e aperfeiçoamento.

²⁹ Resolução 22/2011.

Por isso, é preciso mais do que nunca, que os professores, discentes e colegiado se articulem para avaliar todo processo de estágio, a fim de encontrar, discutir e solucionar todos os seus entraves, promovendo o constante desenvolvimento e aprimoramento desse momento tão privilegiado da formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário exposto por esse trabalho revela que as transformações ocorridas no contexto nacional nos seus aspectos históricos, econômicos e políticos, repercutiram diretamente na profissão de Serviço Social, de modo a propiciar o movimento de reconceituação profissional. Esse movimento levou a repensar a profissão, nos seus objetivos para com a realidade, na busca por uma teoria social e na tomada de uma posição frente à sociedade de classes.

Fica claro que essas transformações de nada adiantariam se não pudessem ser repassadas e estiver sempre em debate. É nessa perspectiva que a formação profissional ganha grande relevância para o novo Serviço Social que emergia. Esse movimento se legitima com a criação de novas escolas de Serviço Social no contexto nacional, assim como a criação do *Currículo Mínimo* que passou a orientar a formação profissional até os dias atuais.

A ABEPSS, dentre outros órgãos representantes da categoria profissional, tem seu papel fundamental para a formação em Serviço Social. Sua criação e desenvolvimento até os dias atuais levaram a sua consolidação no cenário nacional como também na formação profissional em Serviço Social, principalmente no que tange nos desafios e constantes debates que cercam e enriquecem a formação.

Desse modo, a partir desse trabalho é reconhecida a relevância própria das recomendações do *Currículo Mínimo* estabelecido pela ABEPSS, que é pensado por assistentes sociais para a formação em Serviço Social e logo, como o mais eficiente para a formação.

Entender a formação profissional em Serviço Social na UFRB é pensa-la sempre dentro do contexto social capitalista, capacitando profissionais para o enfrentamento das expressões da Questão Social. Com o movimento de reformulação do PPC vigente do curso proposto pelo Colegiado, observa-se a necessidade e intencionalidade de aprimoramento de sua formação, o que mostra que a mesma pode e deve estar sempre em debate, proporcionando aos discentes do curso uma formação de qualidade ao mesmo tempo em que forma profissionais capacitados para o mercado de trabalho na área do Serviço Social valorizando a profissão.

No entanto, é visto que esse movimento pouco ou nada avançou, tendo em vista que seu início foi em 2011 e o PPC ainda vigente em 2015 é o criado em 2007.

Nesse sentido, cabe nos perguntar o porquê desse atraso de quatro anos. Será que falta articulação dos professores e colegiado? Será que as greves ocorridas desde 2011 influenciaram nesse atraso? Será que o déficit de professores que passa o curso repercutiu negativamente no movimento de reformulação do PPC?

O estágio supervisionado é, com certeza, um grande ponto de debate acerca da formação em Serviço Social da UFRB. Tendo em vista o panorama exposto por esse trabalho, conjuntamente com os resultados do questionário, conclui-se a necessidade urgente de se debruçar sobre este tema tão relevante para a formação.

Dessa forma, devem-se considerar todos os desafios que o cercam, no que tange a dificuldade de encontrar campos de estágio no recôncavo; a possibilidade em debater a necessidade ou não de uma comissão de estágio dentro do colegiado compreendendo a complexidade e relevância do mesmo para a formação; estabelecer solução juntamente com a universidade, para o desafio que é a questão econômica na qual estão situados os discentes em situação de estágio na dificuldade em cumpri-lo em cidades vizinhas; a organização das horas em campo e de supervisão acadêmica e o que diz respeito à carga horária total abaixo do que orienta a ABEPSS, entre outros.

Outro ponto tratado por este trabalho refere-se à matriz curricular do curso de Serviço Social, uma vez que demonstrou-se sua inclinação para as sociologias, tendo como o que acredito ser uma possível razão para isso, a influencia da comissão técnica composta por apenas uma assistente social em meio a demais profissionais especializados nas ciências sociais. Esse movimento também denota, considerando o próprio currículo estabelecido pela ABEPSS e história do Serviço Social, que a profissão caminhou para um maior desenvolvimento da dimensão teórico metodológica em detrimento da dimensão técnico-operativo.

A falta da dimensão técnico-operativo foi sentida pelos estudantes e egressos pesquisados, como demonstrou o questionário, tanto no que diz respeito a instrumentalidade, quanto na necessidade de uma maior aproximação da teoria com a prática.

Além disso, verificou-se que as ementas das disciplinas desenhadas no PPC não eram sempre seguidas por todos os professores como demonstrou os resultados do questionário, destarte, comprovando que não há uma total concordância por parte dos mesmos em relação às ementas. Sendo assim,

demonstra mais um motivo para a necessidade de se repensar um novo PPC, tendo como objetivo o aperfeiçoamento da formação profissional em Serviço Social.

A reformulação de um novo PPC, tem em vista como propostas iniciais, mudanças na matriz curricular e nas ementas, diminuindo a excessiva carga horária de disciplinas das ciências sociais e aumentando de disciplinas próprias do Serviço Social e referentes aos instrumentais.

A relevância dos instrumentais e conhecimentos técnicos é posto por esse trabalho, entendendo-os como fundamentais na composição do “fazer profissional”. Diante disso, entendo que formar profissionais com capacidades técnicas nada tem a ver com uma formação tecnicista, uma vez que esses instrumentais e técnicas sejam trabalhados nas mediações entre o conhecimento de “como fazer” e a operacionalização.

A formação profissional em Serviço Social ofertada pela UFRB tem o caráter generalista, ficando a cargo das disciplinas optativas a especialização referente às várias áreas de atuação que atua o profissional.

A partir das análises e das questões levantadas por esse trabalho, foi produzido um primeiro levantamento acerca da formação profissional em Serviço Social na UFRB, a fim de entender seu funcionamento e conhecer seus desafios. Essas análises e questões visam incitar e contribuir para a formação, favorecendo o debate e fomentando a busca de estratégias de enfrentamento dos desafios que se colocam à formação.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1996.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social. **Plano Nacional de Estágio em Serviço Social**. [s.l.:s.n.] 2010.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social. **O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de lutas**. Gestão 2009-2010.

BATTINI, O. **A questão da Instrumentalidade para o Serviço Social**. 2001. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social.doc>> Acesso em 17 de fevereiro de 2015.

BEHRING, E. R. **Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil**. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2003.

BETETTO, H. **FAPSS: Uma história de 70 anos...** In Revista Serviço Social & Sociedade, Nº 103, São Paulo, 2010. p. 591.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enade Exame Nacional de Desempenho de Estudantes**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>> Acesso em: 28 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 13 de março de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/agencia/administracao/3007-ufrb-assume-coordenacao-nacional-do-fonaprace>> Acesso em: 29 jul. 2013

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983. PARTE II – ASPECTOS DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (1930 – 1960)

KOIKE, M.M.S. **Jubileu de Ouro**. *Cadernos ABESS Nº 7*. São Paulo: Cortez, 1997.

Lukács, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993. (Textos Filosóficos, 22)

NARCIZO, E. C. **Formação Profissional do Serviço Social: Contextualização Histórica e Presentes Desafios**. In Revista Iluminart, Ano VI, nº11. Março, 2011.

NETTO, J. P. **Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. In Revista Serviço Social & Sociedade, Nº 50, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, I.I.M.C. **Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes social: desafios para a intervenção.** In Revista Serviço Social & Sociedade, n. 104, São Paulo, 2010. p. 737-749.

PRATES, J.C. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana.** In Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003.

SANT'ANA, R.S. **A trajetória histórica do Serviço Social e a construção do seu projeto Ético-Político.** In Revista Serviço Social & Realidade, v.8 n.1. Franca, 1999. P.: 73 – 88.

SILVA, R.S. **A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista.** In Revista Serviço Social & Sociedade, Nº103, São Paulo, 2010.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Como redigir uma ementa.** Disponível em <<http://www.ufrb.edu.br/prograd/procedimento-elaboracao-ppc>> Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Resolução Nº 004/2012. **Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** Disponível em <<http://www.ufrb.edu.br/prograd/legislacao-e-normas>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Resolução Nº 022/2011. **Dispõe sobre aprovação do Regulamento de Estágio Obrigatório do Curso de Graduação em Serviço Social.** Disponível em: < <http://www.ufrb.edu.br/servicosocial/documentos/2-legislacao>>. Acesso em: 21 de Outubro de 2014.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Resolução Nº 043/2012. **Dispõe sobre alteração na Resolução Nº022/2011, nos seus artigos 8º, 9º, 16 e 17 do ANEXO ÚNICO.** Disponível em: < <http://www.ufrb.edu.br/servicosocial/documentos/2-legislacao>> Acesso em: 21 de Outubro de 2014.

VASCONCELOS, A. M. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional.** CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

VIEIRA, C.R.; ALBERT, C.E.; BAGOLIN, I.P. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico do Brasil: Uma análise comparativa da desigualdade de renda per capita dos níveis educacionais.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário “Formação Profissional em Serviço Social”.

Questionário Formação Profissional em Serviço Social

Este questionário faz parte de uma pesquisa para um Trabalho de Conclusão de Curso que tem como tema a formação profissional em Serviço Social com enfoque na UFRB. Desde já, obrigada por sua cooperação.

➤ Dados pessoais

1. Nome (opcional): _____

2. Idade: _____ 3. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Cidade: _____

4. Naturalidade: _____

Atualmente, você está empregado? () Sim () Não

Se sim, qual área de atuação? _____

➤ Formação

5. Semestre de ingresso: _____ 6. Semestre de Conclusão: _____

7. Você participou de algum grupo de pesquisa e/ou extensão? Qual?

8. Se participou, a experiência e os conhecimentos o ajudou na sua composição profissional?

9. Na sua formação o Estágio foi concluído em quantos semestres?

() 2 semestres, depois da alteração no PPC;

() 3 semestres, antes da alteração no PPC.

10. Como eram divididas as horas em campo e de supervisão acadêmica?

Horas em campo: _____

Horas de supervisão acadêmica: _____

11. Você considera que o campo de estágio no qual foi inserido lhe possibilitou “fomentar a mediação entre os conhecimentos teórico-metodológico e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício profissional”? Justifique.

12. As ementas das disciplinas sempre foram seguidas pelos professores? Por qual motivo você acha que isso acontecia?

13. Numere de 0 à 5 o quanto se sente habilitado no desenvolvimento nas seguintes ações do trabalho profissional, sendo 0 nada habilitado e 5 totalmente habilitado.

- Elaborar, gerir, executar e avaliar planos, programa e projetos na área social. ()
- Assessorar organizações públicas, empresa privadas, organizações da sociedade civil, organismos comunitários e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e na garantia dos direitos civis, políticos e sociais das comunidades. ()
- Patrocinar e facilitar a participação dos usuários nas decisões institucionais. ()
- Planejar, organizar e administrar benefícios sociais. ()
- Prover orientação social a indivíduos e grupos no sentido de identificar recursos e utilizá-los no atendimento da defesa de direitos. ()
- Elaborar perícias técnicas, laudos periciais e fornecer informações e pareceres sobre matéria relativa ao Serviço Social. ()

- Planejar, executar e publicar pesquisas que contribuam com o desenvolvimento do conhecimento nessa área de atuação. ()

14. Sobre essas disciplinas optativas responda:

- 1: já cursei;
- 2: não cursei mas já foi ofertado;
- 3: não cursei porque só foi ofertado 1 vez no mesmo período de aula das obrigatórias;
- 4: desconhecia ser optativa do curso;
- 5: nunca foi ofertado até então no meu período de graduação
- 6: não me lembro;

Administração e Políticas Públicas (68 horas): ()

Antropologia Afro Americana (68 horas): ()

Antropologia Urbana (68 horas): ()

Comunicação nos Movimentos Sociais (68 horas): ()

Cotidiano da Prática profissional (34 horas): ()

Desenvolvimento de Comunidade (68 horas): ()

Direitos Humanos (34 horas): ()

Educação e Espaço Não Formais de Aprendizagem (34 horas): ()

Educação e Movimentos Populares (34 horas): ()

Ética (34 horas): ()

Estrutura social e divisão de classe no Brasil (68 horas): ()

Filosofia Política (68 horas): ()

Gerontologia (68 horas): ()

Gestão Social (68 horas): ()

Historia da Bahia II (68 horas): ()

Infância, Adolescência e Cidadania (68 horas): ()

Movimentos Sociais e Cidadania (34 horas): ()

Política Brasileira Contemporânea (68 horas): ()

Psicologia e Comunidade (34 horas): ()

Serviço Social e Família (68 horas): ()

Serviço Social nos Estudos Culturais (34 horas): ()

Serviços Social e Movimentos Sociais (68 horas): ()

Sociologia da Educação (68 horas): ()

Sociologia do Desenvolvimento (68 horas): ()

Sociologia do Trabalho (68 horas): ()

Sociologia Rural (68 horas): ()

Teoria da Comunicação (68 horas): ()

Teoria da Marginalidade (68 horas): ()

Teorias da Globalização (34 horas): ()

Teoria do Estado (68 horas): ()

Tópicos em Educação e Saúde (68 horas): ()

Tópicos em Política de Saúde (68 horas): ()

Tópicos em Programas Sociais (68 horas): ()

15. Avalie a pertinência dos conteúdos da formação da UFRB relacionados com o seu fazer profissional, sendo 0 nada pertinente e 5 muito pertinente.

()0 ()1 ()2 ()3 ()4 ()5

16. Do que você sentiu falta na sua formação?

17. Quanto o estágio foi produtivo na sua formação?

()Muito ()Regular ()Pouco ()Nada produtivo

Considerações

18. Como você foi apresentado na instituição que fez o estágio?

19. Na sua experiência de estágio, como você avalia as dimensões técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político?

20. Você se acha que o currículo lhe preparou para o mercado de trabalho?

Justifique.

21. Avalie a eficiência dos seguintes núcleos para sua formação:

Técnico-operativo: _____

Teórico-metodológico: _____

Ético-político: _____
